

Parque Estadual do Desengano: história, economia e sociedade

Desengano State Park: history, economy and society

Arthur Soffiati*

Resumo

O ensaio situa histórica e culturalmente o Parque Estadual do Desengano (PED), Unidade de Conservação que protegem importantes ecossistemas nativos. O autor descreve também ecossistemas transformados e antrópicos situados no entorno e dentro da UC, relatando de forma comovente a saga das populações nativas da região norte-fluminense, cuja relação com a natureza, transformada desde a instalação de estilos de vida colonialistas, vem sofrendo contínuo processo de desestruturação. A importância da região no sistema hídrico contribuinte do sistema Imbé/Ururai/Lagoa Feia é evidenciada por meio de imagens do autor, que também documentou impactos negativos que a UC vem sofrendo nas últimas décadas.

Palavras-chave: Parque Estadual do Desengano. Mata Atlântica. Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. História da região do Desengano. Sistema Imbé/Ururai/Lagoa Feia.

Abstract

This essay situates in historical and cultural terms the Desengano Park, a Conservation Unit that protects important native ecosystems. The author also describes transformed and anthropized ecosystems located near and inside the CU, relating in a touching mood the saga of local native people, whose relationship with nature has been changed since colonialist life style was installed in the northern region of Rio de Janeiro State, Brazil, thus suffering from a process of continuous destruction. The importance of the area regarding water resources in the Imbé/Ururai/Lagoa Feia system is evidenced by images taken by the author, who also registered the negative impacts that have affected the CU in the last decades.

* Professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

Keywords: Desengano Park. Atlantic Rain Forest. Conservation Units in Rio de Janeiro State-Brazil. Desengano region history. Imbé/Ururaí/Lagoa Feia system.

O natural e o cultural

Fundamentos teóricos e metodológicos

Para um naturalista na acepção filosófica, tudo é natural, inclusive o cultural. Já para o culturalista, tudo é cultural, inclusive a natureza criada por ela própria, e não pelo ser humano. O pensador francês Clément Rosset (1989), talvez um dos maiores defensores do artificialismo da atualidade, declara que

... a ideologia naturalista (...), em princípio, é a doutrina segundo a qual a natureza existe, isto é, a forma geral da crença de que alguns seres devem a realização de sua existência a um princípio alheio ao acaso (matéria) e aos efeitos da vontade humana (artifício) (...) A idéia fundamental do naturalismo é uma neutralização da atuação do acaso na gênese das existências: afirma que nada se poderia produzir sem alguma razão e, conseqüentemente, as existências independentes das coisas introduzidas pelo acaso ou pelo artifício dos homens resultam de outra ordem de causas, a ordem das causas naturais (...) É próprio ao pensamento de tipo artificialista – pelo menos no sentido dado aqui ao termo “artificialismo” – não reconhecer nenhuma natureza e julgar as características fundamentais das produções não-humanas idênticas às das produções humanas, tendo em vista que ambas participam do acaso: recusar a qualquer existência um caráter natural, isto é, recusar a participação em qualquer sistema de princípios denominado natureza, cujas virtudes estariam na origem do conjunto das produções estranhas ao artifício e ao acaso. O artificialismo (...) designa essencialmente uma denegação da natureza e uma afirmação universal do acaso; sentido que se situa nas antípodas de todas as formas de naturalismo antropocêntrico que se manifestaram, desde Aristóteles, na história da filosofia e puderam, consoante à assimilação mais ou menos consciente do trabalho da natureza à arte do homem, receber o qualificativo moderno de “artificialista” (ROSSET, 1989).

Ambas as posturas podem resultar em simplismo e reducionismo. A perspectiva teórica que se assume neste relatório de fundamentação à formulação do Plano Diretor do Parque Estadual do Desengano é nitidamente organicista contemporânea, uma das duas vertentes do naturalismo, sendo a outra o mecanicismo.

Na linha do organicismo como o entende o transintelectual francês Edgar Morin, o dualismo natureza-cultura da razão clássica é ultrapassado por uma junção epistemológica em que o cérebro humano (e talvez de outros animais) reata os laços entre natureza e cultura, funcionando como elo de um anel recursivo. Assim,

natureza → cérebro humano → cultura



Por conseguinte, cultura humana e natureza não se opõem. Bem ao contrário, religam-se num plano superior, podendo-se entender a cultura como produto complexo da natureza ou como a própria natureza em nível aparentemente distinto dela, mas, em última instância, derivado dela. Cria-se, deste modo, uma concepção una e nova de natureza, pois que agora fundamentada na ciência contemporânea¹.

Ao divisar a realidade pelo prisma da teoria dos sistemas complexos, o dualismo ecossistemas naturais-ecossistemas artificiais se esvaece. Todo ecossistema artificial tem uma raiz natural, já que é construído por mente e mãos humanas, matéria e energia, ademais de ser habitado por organismos dos cinco reinos, além do ser humano. Em contrapartida, os sistemas naturais são culturalizados a partir do momento em que o ser humano tem acesso a seus componentes pelo conhecimento ou que os transforma por sua ação. A fim de fugir da oposição natural X cultural, propusemos uma tipologia trinária para os ecossistemas em relação à presença do ser humano, como mostra o quadro a seguir (SOFFIATI, 1997):

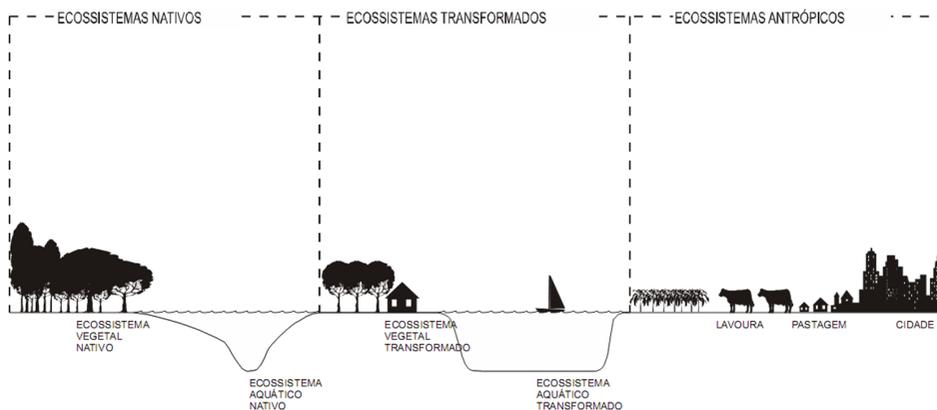


Figura 1: Tipos de ecossistema

Fonte: SOFFIATI, 1997.

Os ecossistemas nativos (e não naturais) são construídos pela natureza não-humana, e dominaram a quase totalidade da história da vida. Os ecossistemas transformados são os nativos que sofreram modificações perturbadoras ou degradadoras da ação humana coletiva. Os ecossistemas antrópicos são aqueles construídos pela atividade do ser humano sobre os ecossistemas nativos ou transformados, sem jamais perder, contudo, sua raiz natural. Examine-se o caso de uma cidade. Nela, tem-se a impressão de que a natureza foi expulsa e que, em seu lugar, implantou-se o artificial. Todavia a matéria e a energia para construí-la provêm da natureza (de onde mais poderiam vir?). Conquanto

se a considere o reino do humano, cumpre notar que moneras, protistas, fungos, vegetais e animais estão presentes nela, estabelecendo relações ecológicas básicas. O próprio ser humano não deixa a sua condição animal ao colocar os pés no território urbano. A distinção mais fundamental entre ecossistemas antrópicos e nativos não se estabelece pelo caráter artificial de um e natural de outro, mas pela linearização, nos ecossistemas antrópicos, dos ciclos ecológicos existentes nos ecossistemas nativos e pelo empobrecimento da biodiversidade à medida que se caminha do nativo para o antrópico passando pelo transformado (BROWN, 1992).

No que concerne à posição dos ecossistemas no planeta, podemos também identificar três grandes conjuntos:

1. Epinossistemas: são os ecossistemas fundamentalmente terrestres, como as formações vegetais nativas, por exemplo.
2. Limnossistemas: constituem-se dos ecossistemas aquáticos continentais, que podem ser lóticos (cursos d'água) e lênticos (lagos).
3. Talassossistemas: englobam os ecossistemas oceânicos.

Evidentemente, estes ecossistemas não se excluem. Antes combinam-se e completam-se. Uma lagoa de água doce no âmbito de uma ilha oceânica trata-se de um limnossistema encravado num epinossistema cercado por alguma sorte de talassossistema. Uma lagoa aberta para o mar pode ser considerada um limnossistema interfacial ao talassossistema dentro de epinossistemas.

Tomando por base esta tipologia, construída a partir de premissas teóricas e metodológicas, o Parque Estadual do Desengano deve ser entendido como uma unidade que protege um bioma formado por três epinossistemas (no caso mais específico, três ecossistemas vegetais nativos) principais: a floresta ombrófila densa atlântica, os refúgios vegetacionais (campos de altitude) e pequenas amostras de floresta estacional (PROJETO, 1983; IBGE/IBDF, 1988). No seu interior, coleiam limnossistemas lóticos com trechos lênticos. Quando se considera a ação humana, encontramos no interior do Parque ecossistemas nativos (ainda que cada vez mais acossados nos pontos de difícil acesso e mesmo assim freqüentados por coletores de plantas ornamentais e caçadores). Há também ecossistemas transformados, na medida em que rios foram alterados (na bacia do rio Imbé, principalmente) ou represados para o abastecimento público, como exemplifica o Ribeirão Vermelho. Por fim, ecossistemas antrópicos, visto que algumas partes do Parque, notadamente as mais baixas, foram invadidas por lavouras e pastagens, algumas das quais já implantadas antes mesmo de sua criação.

O contexto em que se situa o Parque Estadual do Desengano

A unidade ecológica

Recortando-se um quadrilátero no mapa geomorfológico do Projeto RadamBrasil, formado pelos paralelos 21° e 23° de latitude sul e pelos meridianos 40° e 42° de longitude oeste, e tomando-se apenas a parte continental, nota-se que as formações cristalinas pré-cambrianas descrevem um quase semi-círculo tocando o mar na extremidade sul, em Rio das Ostras e Macaé, e se aproximando dele na extremidade norte, em Itapemirim (PROJETO, 1983; IBGE 1968; LAMEGO, 1954; MARTIN *et al.*, 1997). Toda a porção continental restante é alóctone, ou seja, formada por terras transportadas da zona cristalina ou aportadas por movimentos marinhos. Do Terciário, existem três unidades da Formação Barreiras: a do sul localiza-se nos municípios de Carapebus e Quissamã; a do centro, nos municípios de Campos e São Francisco de Itabapoana; e a do norte, nos municípios de Presidente Kennedy e de Marataízes. Bem ao centro desta vasta ecorregião, equidistante de suas extremidades, formou-se uma imensa planície holocênica de origem fluvial, com o rio Paraíba do Sul sendo seu principal construtor. Formações fluviais menores encontram-se nos baixos cursos das bacias do Itapemirim, do Itabapoana, do Macaé, das Ostras e do São João. A parte mais externa desta porção continental é constituída por três restingas: a meridional – pleistocênica – estende-se do rio Macaé à Barra do Furado; a central – holocênica e a mais extensa das três – começa no Cabo de São Tomé e termina em Manguinhos; a setentrional – a menor delas –, na Praia de Morobá. A planície fluviomarinha composta pela unidade aluvional e pelas duas maiores restingas do Estado do Rio de Janeiro, tem sido intensamente estudada por geólogos, geomorfólogos e geógrafos (LAMEGO, 1945; 1946; 1950; 1955; DIAS, 1981; ARGENTO, 1979, 1987; MARTIN *et al.*, 1917)

As bacias hídricas mais conspícuas (notáveis) da macro-ecorregião em apreço são as do Itapemirim, do Itabapoana, do Paraíba do Sul, do complexo da Lagoa Feia, de Macaé, das Ostras e de São João. Há um pequeno rio - o Guaxindiba - com barra permanentemente aberta, se bem que reforçada com o aporte de água do canal Engenheiro Antônio Resende. Mencionem-se também as pequenas bacias que descem dos tabuleiros e que foram barradas por praias e restingas, mantendo ou não comunicação periódica com o mar. Surgiram, assim, lagoas alongadas, entre as quais se destacam os rios/lagoas Funda, d'Anta, do Siri, Lagoinha, das Pitas, do Mangue, Caculucagem, da Tiririca, da Boa Vista, do Morobá (ou Criador), Salgada, Doce, Guriri, do Largo, de Buena, de Macabu-Sesmaria, de Imburi, da Saudade, de Santa Maria, do Brejo Grande, Preta, Paulista, de Carapebus, Comprida e Cabiúnas. Nas planícies fluviais, notadamente na deltaica do Paraíba do Sul, formaram-se também inúmeras lagoas, a maior parte delas total ou parcialmente drenada. Também nas restingas há lagoas paralelas e/ou perpendiculares

à linha da costa. Na região serrana, há notícia de apenas uma lagoa, pairando dúvidas de que seja oriunda de uma antiga represa.

Quanto à vegetação nativa prístina, antiga, a zona cristalina era, de ordinário, revestida de florestas ombrófilas densas e de florestas estacionais, este segundo tipo também cobrindo as áreas de tabuleiro. Nos pontos mais altos da região serrana, como na Pedra do Desengano e no Pico do Frade, encontram-se campos de altitude. As planícies fluviais, extremamente úmidas, só comportavam formações herbáceas e matas higrófilas (mata de brejo) nos pontos mais altos (vegetação aluvial). As restingas contavam com vegetação psamófila (que tem preferência por solos arenosos) distribuída em uma primeira zona herbácea, junto à costa, uma zona de plantas arbustivas em posição intermediária e uma zona de vegetação arbustivo-arbórea mais afastada da linha costeira (vegetação de influência marinha). Na foz dos rios e nas lagoas costeiras, em comunicação periódica com o mar, medravam manguezais de diversas dimensões (vegetação de influência fluviomarinha), já que a costa linear, desprovida de reentrâncias, não conta com baías. Atualmente, o grau de supressão da vegetação nativa alcançou índices alarmantes, com vistas ao fornecimento de energia e de madeiras nobres, bem como para a agricultura, a pecuária e a urbanização (SOFFIATI NETO, 1996). Entre as principais atividades agrícolas, inscrevem-se a cana-de-açúcar, o café, o feijão, o arroz, o tomate, o abacaxi, o maracujá, a mandioca, o coco e olerícolas (IBGE, IBDF, 1988; VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991). No que concerne à cobertura vegetal nativa, as florestas estacionais têm seu limite meridional de ocorrência no Brasil nesta região, assim como uma espécie de mangue (*Avicennia germinans*) (MACIEL, SOFFIATI, 1998).

À primeira vista, pode parecer temerário reunir áreas tão distintas, como elevadas ou erodidas formações pré-cambrianas cobertas de florestas perenifólias ou caducifólias (com folhas que caem no Outono, voltando a nascer na Primavera), pequenas ondulações de origem terciária revestidas de matas estacionais e uma vasta planície fluviomarinha quaternária salpicada de lagoas e cortada por uma complicada rede hídrica, dentro de uma ecorregião. Mais acertado talvez fosse reconhecer a existência de três ecorregiões ou mesmo de quatro, se subdividida a planície em restinga e em terrenos de massapê. Todavia, fatores de ordem natural, histórica e cultural nos levam a defender a tese de que as três ou quatro áreas, tão visivelmente diversas, compõem uma ecorregião, senão, pelo menos, três ou quatro sub-ecorregiões entrelaçadas. Do ponto de vista ecológico, cada vez mais a comunidade científica se inclina a considerar toda a faixa de terra que se estende entre a costa e as Serras da Mantiqueira e do Mar, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, como um grande bioma chamado de Domínio Atlântico, envolvendo grande ecodiversidade intimamente inter-relacionada (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991).

A unidade cultural nativa

Do ponto de vista humano, coincidência ou não, antes mesmo da colonização deste território por grupos de origem européia, os povos indígenas que o habitavam dotaram-lhe de uma certa unidade cultural. Esclarece Angyone Costa que o domínio dos goitacás consistia numa estreita faixa de terra apertada pelos papanases e tamoios, distendida do Espírito Santo ao rio Paraíba do Sul, e que essa nação, no entendimento de vários estudiosos, formava uma espécie de ilha no meio de povos tupis, não só pelo modo de vida peculiar que desenvolveram por imposição do ambiente como também pela língua que falavam. Obrigado a empreender um estudo de antropologia histórica, vez que esse povo já estava extinto ou muito descaracterizado culturalmente na primeira metade do século XVII, Angyone Costa aceita a divisão dos goitacás nos três grandes grupos reconhecidos pelos cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII, quais sejam, goitacá-guaçu, goitacá-mopi e goitacá-jacoritó, além de considerar os coroados, os puris e os coropós como seus descendentes ou aparentados (COSTA, 1959). Também Curt Nimuendaju traça um famoso mapa em que a região sob nossas vistas é ocupada por goitacás, guarus, coroados e puris, limitados ao norte pelos temiminós e ao sul pelos tupinambás (NIMUENDAJU, 1987).

Da língua ou línguas faladas por estes povos, nada restou, nem sequer na toponímia, a não ser breves apontamentos tomados pelo engenheiro Alberto de Noronha Torreção, no fim do século XIX. Trata-se de registro pouco confiável não apenas por não ser o engenheiro especialista em lingüística, mas também pelo adiantado grau de aculturação dos seus informantes (TORREZÃO, 1889). A língua falada pelos puris e talvez, com variantes, pelos goitacás, coropós e coroados aparece áspera e estranha ao contexto cultural circunvizinho. Aliás, o insulamento cultural dos goitacás já era reconhecido de longa data. Jean de Léry, baseando-se num informante normando embarcado junto com ele, ao singrar (navegar) as águas que banham as costas da planície pertencente à correção em apreço, registrou, por volta de 1553, que os índios Uetacá eram "...donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem..." (LERY, 1961).

No século seguinte, o Padre Simão de Vasconcelos notificou que os goitacás habitavam o território compreendido entre os rios Paraíba do Sul e Muriaé, mas que, em caso de necessidade, como por ocasião de guerras, apelavam ajuda aos povos indígenas habitantes das regiões mais altas (VASCONCELOS, 1943). Dando um desconto ao maravilhoso que povoava a mente do padre, oportuno é atentar para as conexões que as nações indígenas da planície faziam com as nações que habitavam as partes mais elevadas da região. Examinando a questão em tese de doutorado, Renato da Silveira Mendes nota que, apesar das diferenças e mesmo da oposição entre regiões geográficas, havia estreita ligação dos povos que as habitavam (MENDES, 1952).

Se, a despeito da tecnologia rudimentar da maior parte dos povos indígenas americanos, estabeleciam-se intercâmbios por vezes de longo alcance entre regiões distantes e extremamente distintas, lícito é admitir que, na região em tela, contatos entre planície e serra se tornassem mais facilitados em vista da existência do tabuleiro, área de transição entre ambas, de resto povoada também por nações afiliadas aos goitacás. Em suma, não é descabido afirmar que o quadro antropossocial nativo predispõe à constituição de uma ecorregião, conceito proposto por Ignacy Sachs para designar a fusão das ordens ambiental e cultural (SACHS, 1986), antes mesmo da chegada dos europeus, ecorregião cujos elementos formadores acabam levando os limites administrativos a se ajustarem a eles, com certa elasticidade.

Em obra recente, José Ribamar Bessa Freire e Márcia Fernanda Malheiros reúnem, com base nas pesquisas de Aryon Rodrigues, as nações que formavam o enclave cultural mais ou menos correspondente à ecorregião em estudo na família puri, integrante do tronco macro-gê. Dos registros efetuados no período colonial e imperial, calcula-se que ela se dividia em 23 línguas, sendo 12 faladas na Capitania/Província do Rio de Janeiro (FREIRE, 1997).

As sociedades indígenas que se instalaram e se estruturaram na região norte-noroeste Fluminense conseguiram construir modos de vida sintonizados com o meio ambiente, por mais que o tenham transformado. Os povos nativos chegaram à planície, ao tabuleiro e à serra, adaptando-se aos ecossistemas com pouca interferência sobre eles. Suas comunidades e sua tecnologia rudimentar não eram capazes de provocar grandes danos à natureza, ao mesmo tempo em que sua visão de mundo encarava-a como uma entidade sagrada. Em lugar de moldarem os ecossistemas a seus estilos de vida, seus estilos de vida é que se amoldaram às peculiaridades do meio ambiente.

Há, na América pré-colombiana, casos de sociedades que desenvolveram modos de vida insustentáveis ecologicamente, a exemplo dos maias e dos pascoanos. Na maior parte dos casos, entretanto, as relações entre as sociedades pré-colombianas e a natureza primavam pelo equilíbrio. Frequentemente, os fatores de desequilíbrio, não apenas responsáveis pela desagregação das sociedades nativas como também dos ecossistemas, foram introduzidos pelos modos de vida europeus. Da leitura da obra de Crosby, depreende-se que a mais letal arma européia era uma nau de qualquer tipo. Em seu interior, vinham embarcados seres humanos portando organismos patogênicos em seus corpos, armas de ferro e de fogo em suas mãos e concepções dogmáticas de fé religiosa e de exploração da natureza (CROSBY, 1993). Dizia André Martins da Palma em representação endereçada ao rei de Portugal em 1657: "... grandes lucros, que sua real fazenda pode tirar com pouco cabedal e dispêndios nestes campos dos Goitacases, Paraíba do Sul." (PALMA, 1884). Além do mais, essas naus transportavam também animais desejáveis (cães, cavalos, bois, porcos, cabras, carneiros, gatos, galinhas, patos, abelhas etc.) e

indesejáveis (ratos, moscas, baratas) que encontraram ambiente muito favorável à sua proliferação na América por razões ainda bastante discutíveis. Vinham também sementes e mudas de plantas que se alastraram rapidamente nas terras conquistadas. De todas as armas, as mais temíveis eram, sem dúvida, as doenças infecto-parasitárias.

No norte-noroeste fluminense, a desagregação das sociedades nativas e a violação dos ecossistemas se devem à chegada e à instalação dos europeus, com estilos de vida forjados em ambientes ecológicos do chamado Velho Mundo, inteiramente distintos daqueles que se constituíram no depois denominado Novo Mundo. As duas primeiras tentativas de fincar uma estaca europeia na região norte-noroeste fluminense, com Pero de Góis e Gil de Góis, fracassaram por seu caráter incipiente e pela resistência oposta por grupos da nação goitacá. Aliás, Sérgio Buarque de Holanda, examinando a conquista e a colonização da região que futuramente viria a constituir o Centro-Oeste brasileiro, mostra como os pioneiros de origem europeia foram obrigados, nos primórdios do empreendimento, a se conformarem aos constrangimentos impostos pelo meio ambiente e a se valerem da tecnologia desenvolvida pelos povos nativos (HOLANDA, 1976).

Já a terceira tentativa de colonização da região norte-noroeste fluminense, levada a efeito por sete fidalgos, parentes, agregados e escravos, a partir da planície fluvio-marinha, vai encontrar os primitivos habitantes abatidos e retraídos por invasões eventuais de represália feitas por europeus, como procurou demonstrar Theodoro Sampaio (1915). Gabriel Soares de Souza (1938) informa que, quando de sua passagem pela região, os goitacás já estavam interiorizados (SOUZA, 1938). O Roteiro dos Sete Capitães revela que os primeiros colonos bem sucedidos colocaram os pés na planície norte-fluminense em dezembro de 1632, precavidos contra a ferocidade dos indígenas, certamente pelas advertências ouvidas de outrem. No entanto, "... tivemos a notícia que os selvagens Eutacazes mais ferozes costeavam pelo norte do rio Paraíba até as cordilheiras das minas de ouro." Um índio goitacá com quem mantiveram contato ter-lhes-ia dito que, "... se fossem os verdadeiros Eutacazes, que costearam o norte do Rio Grande (Paraíba do Sul), nós éramos mortos; que antigamente costeavam estas campinas, porém o velho chefe deles era um índio de muito más entranhas e cismático, e por essa razão é que ficou de uma vez costeando pelo norte do Rio Grande." (MALDONADO, 1894). Numa de suas cartas, Pero de Góis informa que teve uma vista vazada por uma flecha dos goitacás (SILVEIRA, 1894).

Entre os goitacás com quem provavelmente os Sete Capitães fizeram contato, já se encontravam naufragos europeus. Diz também o documento atribuído a dois deles que um negro foi avistado na localidade onde hoje fica o município de Quissamã. Em troca de alimentos frescos – pescado e caça –, os colonos ofereciam miçangas e aguardente, muito apreciadas pelos nativos. Em suma, os goitacás já estavam passando por um franco processo de refração, aculturação e extermínio.

Segundo Simão de Vasconcellos, que escreve no século XVII, os goitacás foram exterminados por portugueses vindos de Cabo Frio e de Reritiba (atual Anchieta) por julgarem que eles haviam devorado naufragos que, na verdade, fugiram com pavor dos temíveis canibais (VASCONCELOS, 1943). Esta versão faz parte da imaginação fantástica do padre e de tantos outros viajantes, ao mesmo tempo horrorizados e fascinados pelo componente maravilhoso que cercava os goitacás. Em 1657, André Martins da Palma escreve ao rei de Portugal declarando que

... três anos (...) gastei no propágamento do gentio indômito, bravo, que senhoreava estes campos, (...) domei a mor parte de todo ele, (...) vêm hoje ao resgate, trazendo suas mercancias, mercadorias de cera, mel e mais lavouras da terra, a que sua indústria chega para com elas levar ferramentas, enxadas, foices, machados para lavrar a terra, e fazer roçarias, que é o pão da terra... (PALMA, 1884).

No último quartel do século XVIII, o criterioso capitão Manoel Martins do Couto Reis dá notícia dos remanescentes das nações indígenas que habitavam a região norte-noroeste fluminense. Sobre os goitacás, já extintos, diz ele que as informações mais fidedignas situam-nos nas campinas “...compreendidas entre a Lagoa Feia, de Carapebus, e Ponta de São Tomé (...), possuindo também toda a costa do mar correspondente, até a vizinhança de Macaé.” Sem poupar críticas aos colonos, ele os fulmina com a seguinte observação:

Neste tempo era o principal, e mais interessante objeto das riquezas na América, fazer oposição aos índios, não só a fim de se lhes aquebrantar os ânimos, e forças; como de os sujeitar debaixo do jugo da escravidão. Nisto tanto se exercitaram os nossos Paulistas antigos, que apesar dos maiores incômodos, se ofereciam a viajar pelos mais ásperos sertões do Brasil; aonde procederem em muitas ocasiões contra aquela miserável, e desgraçada gente, com mais barbaridade, que a dos mesmos bárbaros. (COUTO REIS, 1785).

E, num arroubo de humanismo, ele exclama:

Nada poderá haver mais sensível à vida humana, que a triste sujeição do cativo, e em consequência deste, mal pode um coração viver tranqüilo, por mais agrados, que receba de um benigno Sr., pois basta a lembrança da perda da liberdade, para serem as mortificações continuadas. (COUTO REIS, 1785).

Em anexo a seu famoso relatório, ele mostra em que estado se encontravam os povos indígenas que habitavam o norte-noroeste fluminense. Das nações que confinavam no passado com os goitacás, os saruçus ainda existiam, habitando as montanhas e

vales, entre os rios Macaé e São João. Os coroados, povo guerreiro, assentaram-se entre a margem setentrional do rio Paraíba do Sul (a oeste da primeira cachoeira) e a Serra da Frexeira, subindo a barra do rio Pomba até as fronteiras com Minas Gerais. Os puris ocupavam o território que se estendia do rio Pomba, confinando com os coroados, até o norte do rio Muriaé. Esclarece o cronista que este povo errava dentro dos seus limites e era muito cruel. Quanto aos guanhuns, depois de se lhes impor uma diáspora, estavam vivendo entre os rios Imbé e Paraíba do Sul, ao norte da lagoa de Cima. Mostra que os guarulhos se confundiam com os coroados e condena a expressão *bugre* para nomear nações tão distintas. Em seguida, com a acuidade, maior intensidade de um etnógrafo, explica que os idiomas falados por esses povos diferiam muito da língua guarani, chamada língua geral no Brasil, na verdade imposta pelos jesuítas. Aliás, não revela, quanto ao tratamento dado aos índios, a mínima simpatia pelos missionários desta Ordem religiosa, que, segundo ele, levavam numa das mãos a cruz e na outra cadeias ocultas, confinando os nativos em reduções para se apossarem de suas terras. Fala-nos dos acampamentos simples dos puris; das aldeias com casas pequenas e efêmeras; das casas cobertas de palha dos saruçus; das casas grandes dos coroados, construídas com madeira forte e paredes muito bem barreadas, sem janela e porta somente de um lado, sendo o teto feito com casca de madeira ou palha. Descreve práticas agrícolas e hábitos alimentares, tecnologia e crenças religiosas. Enumera as reduções construídas por missionários e deixa transparecer o processo de refração, aculturação e extermínio de tais povos, principalmente por meio das bebidas alcoólicas (COUTO REIS, 1785).

Em 1815, passa pela região, em sua excursão científica, o naturalista alemão Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied. Àquela altura, as nações indígenas estavam a ponto de perder seus derradeiros traços de identidade cultural e à beira da desagregação. Visitou ele uma missão religiosa em São Fidélis reunindo remanescentes de índios coroados, coropós e puris e teve notícia da Aldeia da Pedra (atual Itaocara), onde índios coroados e puris haviam feito guerra recente. Registra a presença de coropós na margem direita do rio Paraíba até a zona fronteira da embocadura do rio Pomba. Deste até o mar, pela margem esquerda, estavam ainda os puris em “estado selvagem”. Ao encaminhar-se para o Espírito Santo pelas densas florestas estacionais que então se estendiam entre a margem esquerda do rio Paraíba do Sul e a margem direita do rio Itabapoana, arribou na fazenda Muribeca. Soube lá que, no mês anterior à sua chegada, nativos puris ainda hostis haviam atacado e abatido trinta bois e um cavalo da fazenda, além de matar um escravo adolescente. Segundo informações, o rapazote fora descarnado e devorado. Um grupo que saiu para uma operação de represália encontrou ainda pés e mãos da vítima assados e roídos. Mesmo impressionado com a violência atribuída aos nativos, Maximiliano comenta:

É sem dúvida desagradável tê-los tão perto; mas deve ser lembrado que os colonos, pelo mau tratamento que dispensaram aos habitantes aborígenes (primitivos), logo no começo, foram os causadores principais dessa hostilidade. Nos primeiros tempos, a avidez de lucros e a sede de ouro aboliram todos os sentimentos humanos dos colonizadores europeus; consideravam-se animais esse homens pardos e nus, criados apenas para trabalhar, como o demonstra a controvérsia, no seio do próprio clero da América espanhola, sobre se os selvagens deviam ou não ser considerados homens como os europeus... (WIED-NEUWIED, 1989).

As pujantes (fortes) e temidas sociedades nativas da região norte-noroeste fluminense foram se esfacelando em ritmos diferenciados. Um estudo fartamente documentado de Joaquim Norberto Souza Silva mostra que, em meados do século XIX, os aldeamentos indígenas de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, de Santo Antônio de Guarulhos, de São Fidélis, de São José de Leonissa, de Santo Antônio de Pádua e de São Félix estertoravam, aflagiam. Neles, os índios representavam a minoria da população, invadidos que foram, pouco a pouco, por elementos brancos. Alguns nativos ainda existiam fora das missões, mas muito descaracterizados em sua cultura. Em quase todos os casos, Joaquim Norberto atribui o fracasso a maus missionários, não ao processo internalizado de ocidentalização (SILVA, 1854). Os colonos desmontaram as sociedades nativas. Delas não restaram sequer traços físicos nos atuais habitantes da região, apenas a toponímia, mesmo assim de origem tupi. Da mesma forma, foram desmontados os ecossistemas e empobrecida a biodiversidade.

A unidade imposta pelo invasor europeu

Até a terceira década do século XVI, a área correspondente ao atual norte-noroeste fluminense só foi conhecida por europeus avistada do mar ou arranhando suas costas. O interesse voltava-se provavelmente para o pau-brasil, mas não há registros precisos sobre este período. Sobre as bases ecológicas e culturais apontadas é que os invasores e ocupantes de origem européia, sobretudo portugueses, e seus descendentes intentaram construir uma região, conquanto não houvesse intenção deliberada e consciente neste propósito. As Capitânicas de São Tomé, doada a Pero de Góis da Silveira, e do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, contavam com recortes inteiramente arbitrários, como de resto todas as demais capitânicas. Diga-se que este tipo de divisão territorial e administrativa era completamente artificial, sem qualquer compromisso com a realidade natural e cultural sobre a qual se assentava. Faixas paralelas e longitudinais de território entestando com o oceano Atlântico e morrendo sobre a linha também fictícia do Tratado de Tordesilhas como listras de uma bandeira.

A Capitania de São Tomé foi doada a Pero de Góis da Silveira em 10 de março de 1534 e confirmada em 28 de janeiro de 1536. No trato cotidiano – naquelas em que houve alguma tentativa de colonização, evidentemente – é que surgem os problemas de demarcação de fronteiras. Pela carta de doação, a capitania de Pero de Góis contava com trinta léguas de terra, começando a treze léguas além de Cabo Frio, ao norte, onde terminava a Capitania de Martim Afonso de Souza, e acabava no Baixo dos Pargos, incluindo as ilhas até dez léguas mar adentro. Em direção ao interior, tudo o que se pudesse encontrar e fosse da conquista do rei. Pelo que se vê, limites sobremaneira vagos.

Tão logo Pero de Góis tentou ocupar seus domínios a partir do norte, em área de tabuleiro, surgiu um problema de fronteira que seria resolvido pacificamente com Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, por acordo de 14 de agosto de 1539. Como se tornasse difícil precisar o local em que ficava situado o Baixo dos Pargos, ambos os donatários propuseram ao rei D. João III que fixasse a divisa entre as duas capitanias no rio Tapemeri (Itapemirim), por eles batizado de Santa Catarina, pleito atendido por Carta datada de 12 de março de 1543. Não foi necessário definir os limites ao sul, pois Pero de Góis só conseguiu se movimentar nas cercanias do rio Managé, atual Itabapoana, onde tentou implantar duas fundações. No sul, por conseguinte, o espaço ficou em aberto. A empreitada do donatário fracassou em 1546, frente à falta de recursos e à resistência dos índios. Em inícios do século XVII, seu filho Gil de Góis tentou reativar a capitania, mas também malogrou e dela abriu mão em 1619. Sabendo-a abandonada, sete fidalgos requereram-na a título de sesmaria, em 1627, conforme carta transcrita no livro de registro geral (1796-1801) da Câmara Municipal de Campos, fls. 15. As terras doadas estendiam-se do rio Macaé ao rio Iguaçu (atual lagoa do Açú). Esta terceira tentativa de colonizar a porção meridional da ecorregião efetuou-se não pelo tabuleiro, como as duas primeiras, mas pela planície fluviomarina e iniciou, de fato, a implantação contínua de um modo de vida europeu ali. Dela resultou o polêmico documento simplificada e conhecido por Roteiro dos Sete Capitães. A exemplo das capitanias, os novos colonos dividiram a vasta gleba (parte) de terra que lhes coube de forma artificial, em faixas paralelas que se alongavam até a linha de cumeeada da Serra do Mar, com testadas mais ou menos equivalentes.

Dada a fertilidade dos Campos dos Goitacás, voltaram-se para eles interesses civis e eclesiásticos. Os Correia de Sá e Benevides e as ordens religiosas dos beneditinos, dos jesuítas e dos franciscanos também fincaram pé naquelas plagas (regiões). Nova carta régia de doação, com data de 15 de setembro de 1674, assegurava terras na extensão de 100 léguas, ao Visconde de Asseca e seu tio. A partilha entre eles suscitou problemas relacionados ao limite sul da Capitania. A solução foi obtida mediante divisão das 100 léguas entre os dois donatários em anexo a mapa apresentado ao rei de Portugal.

Esta partilha foi confirmada pela segunda apostila da carta de doação, assinada em Lisboa, a 5 de março de 1676. Com a partilha acordada entre Pero de Góis da Silveira

e Vasco Fernandes Coutinho, em 1539, e com esta, de 1676, foram atingidos os limites máximos da ecorregião. Norte: rio Tapemeri (atual Itapemirim); sul: rio Leripec (atual das Ostras). Daí em diante, por razões de ordem natural e político-administrativa, eles acabaram por estreitar-se aos rios Managé (atual Itabapoana), ao norte, e dos Bagres (atual Macaé), ao sul; a leste, toda a linha da costa atlântica; e, a oeste, a Serra do Mar, com incursões à Serra da Mantiqueira pelo vale do rio Paraíba do Sul. Quando, a 15 de janeiro de 1742, a Coroa portuguesa desmembrou as vilas de São Salvador e de São João da Praia (atual cidade de São João da Barra) da comarca do Rio de Janeiro e as incorporou à nova comarca, criada na Capitania do Espírito Santo, seu corregedor, procurador e ouvidor geral, Paschoal Ferreira Vêras, determinou um auto de medição das terras anexadas. A comissão encarregada da demarcação, contando com informações do padre Pedro dos Santos, da Companhia de Jesus e superior da Capela de Santana, em Macaé, concluiu, a 30 de dezembro de 1743, que

... até ao presente servia o rio de Macaé de marco e divisa às Justiças de Cabo Frio, de tal sorte que, vindo as ditas Justiças de Cabo Frio a fazer alguma diligência ou prisão a pessoa que se achava no dito sítio de Macaé, se esta passava o dito rio para o norte, se lhe não fazia pelas tais Justiças a diligência ou prisão, e que na mesma forma vindo as Justiças desta Capitania da Paraíba do Sul a alguma diligência ou prisão do sujeito do mesmo sítio de Macaé ou que nele se achasse, passando-se este para o sul do mesmo rio, se lhe não fazia tal diligência ou prisão pelas ditas Justiças. (apud CARVALHO, 1888).

Em 1785, ao delimitar os termos do Distrito dos Campos, Manoel Martins do Couto Reis não manifesta mais nenhuma dúvida:

Os seus termos, ou limites do Norte, a Sul, são os rios Cabapuana e Macaé: este os divide do Distrito de Cabo Frio; assim como aquele, do da Capitania do Espírito Santo, tendo de um, a outro extremo confinante, 28 léguas de extensão contadas pela costa (...) A Leste confinam com o Mar Brasilico, e a oeste com sertões das Minas Gerais, em meio dos quais discorre a Cordilheira, ou Serra Geral... (COUTO REIS, 1785).

Da mesma forma, José Carneiro da Silva, depois de exaltar a parte sul da região como fertilíssimo país da Província do Rio de Janeiro, dá os seus limites: ao Sul, o rio Macaé; a leste, o mar; ao norte, o rio Cabapuana; e, a oeste, a grande cordilheira de serras que costeiam o Brasil em quase toda a sua extensão (Serra do Mar) (SILVA, 1907).

No alvorecer do século XIX, parece que Coroa Portuguesa, Governo do Brasil e habitantes do norte-noroeste fluminense, consciente ou inconscientemente, reconheciam a existência de uma região, tanto mais distinta das Capitânicas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo pela distância de seu principal núcleo urbano – a Vila de São Salvador

dos Campos dos Goitacases – em relação ao Rio de Janeiro, capital da colônia, e à Vitória, sede do Espírito Santo. Esta posição intermediária entre duas capitanias, já que o norte-noroeste fluminense subordinou-se primeiro à comarca do Rio de Janeiro e, durante noventa anos (1742-1832), à do Espírito Santo, deve ter contribuído, ao lado de suas características nativas e culturais, para que se reivindicasse sua transformação em Província – e ulteriormente em Estado – ou para que a capital primeiro da Província, depois do Estado do Rio de Janeiro, fosse transferida de Niterói para Campos.

Neste sentido, o Marquês do Paraná, então Presidente do Conselho de Ministros do Império, levou ao conhecimento da Câmara dos Deputados, em 1855, que uma das grandes aspirações dos campistas era ver a Comarca de Campos elevada à condição de província, anexando alguns municípios próximos das Províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo². Nesse mesmo ano, a 11 de abril, o vereador José Fernandes da Costa Pereira requereu a nomeação de uma comissão especial encarregada de reunir dados estatísticos e topográficos para formular representação a ser encaminhada ao Poder Central pleiteando a criação de uma nova província, que receberia o nome de Província dos Campos dos Goitacases e incorporaria o município de Itapemirim, da Província do Espírito Santo, e alguns municípios do Pomba, pertencentes a Minas Gerais³. Na época, a Comarca de Campos dos Goitacases compunha-se das cidades de Campos e de São João da Barra, com dez freguesias e quatro curatos. Essa representação foi dirigida ao Senado do Império, a 14 de julho do mesmo ano. A discussão esquentou com o protesto do governo do Espírito Santo. Os habitantes de Itapemirim, contudo, enviaram um abaixo-assinado à Câmara Municipal de Campos, concordando em integrar a nova província⁴.

Logo a seguir, João José Carneiro da Silva propunha a criação da província de Campos dos Goitacases, visto que

Toda esta região foi outrora conhecida sob a denominação de Campos dos Goitacases e é portanto de justiça que o nome da nova província recorde estes tempos primitivos. Assim também Campos, pela sua posição central, pela importância do seu atual movimento comercial e agrícola, está no direito de aspirar a ser capital da nova província. Macaé, pelo seu porto, já bom e suscetível de ser ainda ótimo, e por achar-se no ponto onde vêm afluir todas as vias férreas existentes e projetadas, está predestinada a ser o empório comercial e manufatureiro da nova província. Esta nova província, tendo em atenção os laços hoje criados pela sede das estradas de ferro, devia abranger os municípios de Macaé, Santa Maria Madalena, S. Fidélis, Campos, S. João da Barra e Barra de S. João [notar que o autor empurra novamente a fronteira da região para as imediações do rio das Ostras]. E além disso essa parte da província de Minas que há de ser influenciada pelas mesmas estradas. (SILVA, 1930).

Ao transcrever esta passagem, Teixeira de Melo ajunta com entusiasmo: “É voto (...) do autor destas páginas, não que a convertam em província: seria uma das mais

insignificantes e de 2ª ou 3ª ordem do Império; mas que façam de Campos a capital da província do Rio de Janeiro” (MELLO, 1894).

Já na República, quando a capital do Estado do Rio de Janeiro foi transferida para Petrópolis, houve grande grito nos meios políticos, empresariais e intelectuais campistas. A 10 de fevereiro de 1894, o jornal *Monitor Campista* estampou editorial intitulado “A mudança da capital”, protestando contra a decisão do governo estadual em instalá-la em Petrópolis e reivindicando a sua vinda para Campos. O tema torna-se recorrente. Em 1930, Alberto Ribeiro Lamego, assinando-se Lamego Filho, publica um denso manifesto em que defende ardorosamente a mudança da capital do Estado para Campos, em função de sua pujança econômica, a fim de salvaguardar a autonomia estadual e evitar a subalternidade do Ingá ao Catete (LAMEGO FILHO, 1930). No ano seguinte, 1931, o jornal campista *Folha do Commercio*, em matéria sob título de “Campos-capital”, publicada a 27 de janeiro, tece comentários sobre memorial dirigido pelo Rotary a Plínio Casado, interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, solicitando a mudança da capital para Campos. A 4 de fevereiro do mesmo ano, artigo de Leovigildo Leal volta a discutir o assunto (LEAL, 1931). Tudo leva a crer que ambas as notas se inspiraram no panfleto de Alberto Ribeiro Lamego.

Tanto o fausto econômico da região quanto o seu declínio são invocados para justificar seja a criação de uma nova unidade administrativa seja a transferência de capital da Província ou do Estado. No primeiro caso, como decorrência natural da posição ocupada pela região. No segundo, como meio de promover o seu soerguimento. Tema crônico, ele parece se tornar agudo nos momentos críticos da vida política: instalação temporária da capital do Rio de Janeiro em Petrópolis, “Revolução” de 1930, reincorporação da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, tendência à prefeiturização do governo do Estado do Rio de Janeiro. O movimento assumiu um caráter intermediário entre a submissão às determinações de um centro de poder maior e os separatismos do tipo pernambucano, baiano, paulista e gaúcho. A consciência de uma identidade regional alicerçada em fatores naturais e econômicos parece ter sido o suporte deste vagalhão (grandes ondas) que veio se espriar a nossos pés nos dias que correm. Entre 1962 e 1965, retoma-se o movimento com um projeto do vereador Telso de Sá e com uma carta de Isimbardo Peixoto, relatando toda a história do movimento e defendendo a criação do Estado da Paraíba do Sul. A 21 de maio de 1965, a Câmara Municipal de Campos aprovou resolução autorizando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal de Campos a tomarem todas as providências necessárias relacionadas com o processo de criação do Estado da Paraíba do Sul.

Talvez não seja mero acaso que as terras baixas formadoras do anfiteatro da ecorregião de São Tomé tenham sido ocupadas antes dos camarotes elevados, muito embora não devam ser desprezadas as forças aleatórias responsáveis pelas múltiplas indeterminações de um processo. Talvez não seja simples coincidência grupos nativos

aparentados lingüisticamente e integrantes da grande nação macro-gê terem se assentado nesta concavidade situada entre o planalto e o oceano. Quiçá seria explicável ainda a preferência inicial dos europeus por estas terras baixas constituídas por três tabuleiros, uma planície aluvial e três restingas. A explicação mais plausível é que a serra, com sua vegetação luxuriante e complexa, com seus fantasmas e assombrações, representou uma barreira à expansão do estrangeiro, acostumado a um continente já domesticado e conhecido. Não sem razão, os primeiros e mais importante núcleos de povoamento foram erigidos de uma à outra ponta do arco, passando por sua barriga: Vila da Rainha, Santa Catarina das Mós, Itapemirim, São Sebastião, São João da Barra, Campos, Quissamã, Macaé, Barra de São João. Só depois de uma série de incursões para o interior, outras fundações foram sendo erguidas: São Fidélis, São José de Leonissa da Aldeia da Pedra, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Nossa Senhora das Neves, Santa Maria Madalena etc.

A geomorfologia condicionou o povoamento e a economia: é impressionante a unidade expressa pelas atividades praticadas em toda a extensão das terras baixas da ecorregião de São Tomé: extrativismo vegetal, pecuária extensiva, agricultura canavieira, mandioca, algodão, feijão, fábricas de açúcar e aguardente. As pressões de tais atividades sobre os ecossistemas nativos também se assemelham. Numa região plana e semiplana torna-se mais fácil a derrubada de matas estacionais, o arroteamento dos campos nativos, a remoção de vegetação de restingas, o corte de manguezais. Por outro lado, a existência de lagoas, brejos, cursos baixos dos rios e um clima pluvial, todos eles desconhecidos na Europa, torna-se um problema de difícil solução para o invasor e conquistador.

O Parque Estadual do Desengano

Aspectos nativos

A base geológica e geomorfológica

Em toda a sua extensão, o Parque Estadual do Desengano está situado na zona cristalina da região norte do Estado do Rio de Janeiro. Explicitando melhor, ele se encontra na extremidade norte do segmento meridional da Serra do Mar, que se estende de forma contínua entre o Estado do Rio Grande do Sul e a margem direita do rio Paraíba do Sul, acompanhando a costa atlântica. Esta interrupção brusca do cordão orográfico é que permitiu a passagem dos rios Paraíba do Sul e do Muriaé, seu último afluente, em direção ao mar e a construção por ambos, mais pelo primeiro, de uma vasta planície deltaica (LAMEGO, 1945; 1946; 1955; DIAS, 1981; ARGENTO, 1979; 1987; MARTIN *et al*, 1997).

A partir da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, as elevações apresentam baixa altitude e aspecto fragmentado, com possíveis intrusões de ramificações do Sistema Mantiqueira. Só no Estado do Espírito Santo, ela readquire seu caráter contínuo, até o sul da Bahia. É nesta espinha dorsal que se concentra a formação vegetal nativa mais identificada com o que se denominou de Mata Atlântica, vale dizer, a floresta ombrófila densa (IBGE/IBDF, 1988; VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991).

A zona cristalina é antiqüíssima, datando do pré-Cambriano e anterior à fragmentação e à separação de Pangéia, que deu origem aos continentes atuais. É bem verdade que forças físicas, químicas e biológicas não deixaram de atuar sobre o cristalino após a fragmentação do grande continente-mãe, mas elas não alteram a idade avançada do substrato rochoso, considerado autóctone, isto é, nativo. O desgaste das rochas compactas permitiu a formação de solos que, combinados com as condições climáticas e com a rede hídrica, possibilitou o desenvolvimento de formações florestais pujantes. Estas, por sua vez, através do ciclo de nutrientes, fertilizaram o solo, em vários pontos aproveitados para atividades agropecuárias depois de suprimido o revestimento vegetal nativo.

Os moradores dos municípios localizados na planície fluviomarinha do norte do Estado do Rio de Janeiro denominam a extremidade norte da seção meridional da Serra do Mar pela expressão geral de Imbé. Todavia, os moradores desta parte serrana identificam trechos particulares batizados com nomes diversos, como Serras da Rifa, do Maribondo, do Desengano, dos Marreiros, Pedra Marial, da Agulha, Morumbeca, Grande, Itacolomi, das Agulhas, da Malhada Branca, do Pilar, da Barra Alegre, Mata-Cavalo, do Boê Branco ou das Cinco Pontas, da Gaivota, das Almas e do Imbé. O ponto culminante localiza-se na Pedra do Desengano, com cerca de 1.750 metros de altitude.

A rede hídrica

O Parque do Desengano protege elevações cujas linhas de cumeada servem de divisores de água para as bacias do rio Paraíba do Sul e da Lagoa Feia, ambas conectando-se na planície fluviomarinha quer naturalmente pela superfície e pelo subsolo, quer por canais construídos a partir do século XIX, principalmente pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e seu substituto, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, entre 1935 e 1990.

A vertente interior da Serra do Mar protegida pelo Parque do Desengano abriga nascentes que correm para o rio Paraíba do Sul. Alimentam o rio Grande, um dos principais afluentes do Paraíba do Sul pela margem direita, os ribeirões do Macapá e Vermelho, este na condição de subafluente, dirigindo-se antes para o Ribeirão Santíssimo. Os córregos do Recreio e Itacolomi alimentam o rio do Colégio, também pequeno afluente do rio Paraíba do Sul. O caso interessante é o do rio Preto, cujo principal afluente é o rio

Bela Joana, com nascentes no interior do Parque do Desengano. Outrora, ele desaguava no rio Paraíba do Sul, conforme explicação de Lamego (LAMEGO, 1955). Com as cheias deste, porém, seu curso era obstruído e desviava-se para o rio Ururá, do qual atualmente é tributário. Contudo, mantém uma foz facultativa fixada por ação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que pode funcionar também como tomada d'água para o canal de Itereré. Manoel Martins do Couto Reis, no fim do século XVIII, explicava que ele se bifurca, fazendo barra no Paraíba e lançando um braço limitado para o Ururá (COUTO REIS, 1785). Aires de Casal entende-o como uma grande curva do Ururá que se aproxima do Paraíba, podendo comunicar-se com ele através de um canal (CASAL, 1976). A tendência natural das cheias e o rio Preto demonstram a íntima ligação entre as bacias do Paraíba do Sul e da lagoa Feia.

Os rios com nascente no Parque do Desengano que descem pela vertente atlântica são coletados pelo rio Imbé em sua margem esquerda, que deságua na lagoa de Cima, defluindo esta pelo rio Ururá, que desemboca na lagoa Feia. Os principais são o córrego da Muribeca, os rios Água Limpa, do Norte (formado pelos córregos Morumbeca e do Sossego), Mocotó (formado pelos córregos da Malhada Branca e Morro Alto), Opinião e Aleluia.

O Rio Imbé, o mais conspícuo a desembocar na lagoa de Cima, forma-se pela junção dos córregos Santo Antônio e Boa Vista Velha. Couto Reis visitou-o com dificuldade, por temor de índios bravios. O rio *Embé* anotado por ele tem seu nome derivado de uma planta que, pela descrição, vem a ser um cipó. O cartógrafo adverte que ele tem suas nascentes em meio às serras entre o Paraíba do Sul e o Macabu, recolhendo as águas dos rios denominados do Norte (COUTO REIS, 1785).

Escrevendo de segunda mão, Casal estabelece a nascente do rio Imbé na Serra do mesmo nome, cerca de duas léguas da origem do Macabu, correndo um bom trecho emparelhado com ele. Pela margem esquerda, coleta os rios Primeiro, Segundo e Terceiro Norte, provenientes dos Três Picos, onde, alerta Casal, existe ouro, atravessando a lagoa de Cima, de onde sai em direção à lagoa Feia com o nome de Ururá (CASAL, 1976). José Carneiro da Silva, apresenta menos informações que Casal sobre o aspecto físico do rio, mas salienta que, nos sertões do Imbé e do Macabu, instalaram-se vários quilombos “de negros fugitivos, os quais se acham bem derrotados, se considerarmos o auge, em que eles se acharam alguns anos atrás.” (SILVA, 1930) Contando com mais informações, Teixeira de Mello escreve que o Imbé

Provém da Serra de São Salvador, nas divisas do município com o de Cantagalo; recolhe o ribeiro Uraí (que não se deve confundir, diz Milliet de Saint-Adolphe, com o rio Ururá), com o qual se torna desde então navegável até penetrar na Lagoa de Cima, onde entra pela margem ocidental. Tem 117 quilômetros de curso, navegável para pequenas canoas.” (Grifos no original) (MELLO, 1886).

Em 1934, Hildebrando de Araujo Góes, diretor da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, escreve em seu relatório que o rio Imbé

... nasce na serra do mesmo nome, acima do povoado de Trajano de Morais, desenvolvendo-se em um percurso total de 70 km. Corre encachoeirado até a confluência com o ribeirão Santo Antônio, passando, depois, a fluir mais tranqüilo, por uns 58 km., até a Lagoa de Cima. Em seus trechos médio e inferior, conserva declividade favorável ao pronto escoamento das cheias, como se vê pela areia carregada no fundo, cuja mica, arrastada pelos movimentos turbilhonares da corrente, vem até à superfície líquida. Durante as enchentes, verificam-se grandes transbordamentos, ficando os barrancos marginais cobertos por mais de meio metro d'água. Desenvolve-se entre morros vestidos, em geral, por densas matas. A forte correnteza e inúmeras árvores, tombadas no álveo, causam grandes dificuldades à navegação até de simples canoas. Contudo, em seu curso inferior, trafega, às vezes, um pequeno vapor da Usina de Cupim. A não ser nas planuras, onde serpeia ao chegar na Lagoa de Cima, quase não se vêem plantas aquáticas em seu álveo (...) São apreciáveis as reservas hidráulicas do rio Imbé e de seus afluentes. Um projeto de abastecimento de energia elétrica à baixada dos Goitacases só estará completo depois de acurado estudo desses mananciais. Para o próprio fornecimento de água potável à cidade de Campos, deve encarar-se a possibilidade de captar certos afluentes deste rio, antes de se decidir pelo Paraíba. A bacia do Imbé contém valiosas riquezas florestais. É famosa a uberdade do solo. O principal entrave ao seu desenvolvimento está na falta de vias de comunicação: não há estradas que mereçam este nome. O próprio rio Imbé, tortuosíssimo, mesmo desembaraçado das inúmeras árvores que o atravancam, não apresenta profundidades a uma navegação permanente com fins comerciais. O saneamento da bacia do Imbé não é problema difícil, podendo os brejos marginais ser drenados por valas de baixo custo (GÓES, 1934).

Em 1982, quando ocorreu o vazamento de metais pesados da empresa Paraíba Metais, em Juiz de Fora, contaminando o rio Paraíba do Sul, duas questões levantadas por Araujo Góes voltaram à tona: a principal referia-se à mudança de captação d'água para abastecimento público do Paraíba do Sul para a Lagoa de Cima ou para um lago formado pela construção de uma represa barrando os cursos dos rios Mocotó e Opinião, afluentes do Imbé com nascentes no Parque do Desengano. A segunda consistia em aproveitar esta mesma represa para geração de energia elétrica. Novamente, ambas foram abandonadas, fortalecendo-se a opção pelo rio Paraíba do Sul quanto aos dois aspectos.

Seis anos após a publicação do relatório de Araujo Góes, as intervenções efetuadas na bacia do Imbé pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense mostravam

já um quadro bastante modificado. Camilo de Menezes, autor de um outro importante relatório, comenta:

Fez-se a desobstrução do álveo (do Imbé) em 1936 e 1937, retirando-se as inúmeras galhadas nele caídas. Com isso facilitou-se o escoamento, aumentando a velocidade da corrente e provocando-se, em consequência, fortes desbarrancamentos nas margens. Em quase todo o trecho limpo os desbarrancamentos ultrapassaram as faixas marginais de quatro metros nas quais se haviam cortado as árvores e numerosas galhadas vieram prejudicar novamente o álveo. Urge fazer outra limpeza, desobstruindo o leito e cortando as árvores em faixas marginais de 10 metros, ao menos nas concavidades da corrente (MENEZES, 1940).

Seis anos após a publicação do relatório de Araujo Góes, as intervenções efetuadas na bacia do Imbé pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense mostravam já um quadro bastante modificado. Camilo de Menezes, autor de um outro importante relatório, comenta:

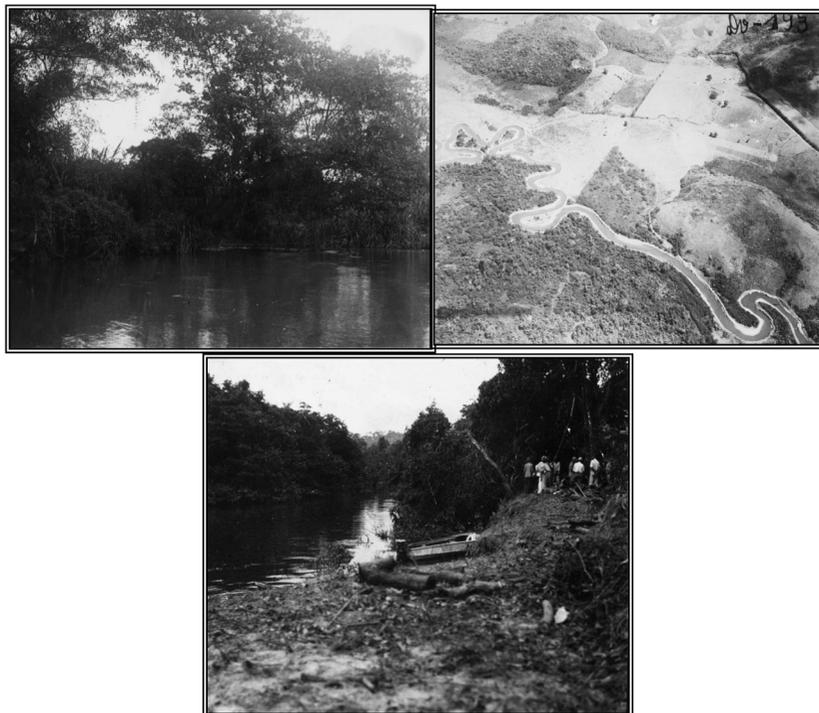


Figura 2: Aspectos do rio Imbé. Na primeira foto (1942), fisionomia da mata ciliar, hoje não mais existente. Na segunda (1937), o rio visto do alto ainda seus meandros mas com a vegetação da margem esquerda já suprimida. Na terceira (1937), início dos trabalhos para remover a mata ciliar a fim de retificar seu leito e evitar a queda de galhos em seu álveo.

Fonte: acervo DNOS.

Fez-se a desobstrução do álveo (do Imbé) em 1936 e 1937, retirando-se as inúmeras galhadas nele caídas. Com isso facilitou-se o escoamento, aumentando a velocidade da corrente e provocando-se, em consequência, fortes desbarrancamentos nas margens. Em quase todo o trecho limpo os desbarrancamentos ultrapassaram as faixas marginais de quatro metros nas quais se haviam cortado as árvores e numerosas galhadas vieram prejudicar novamente o álveo. Urge fazer outra limpeza, desobstruindo o leito e cortando as árvores em faixas marginais de 10 metros, ao menos nas concavidades da corrente (MENEZES, 1940).

O sistema utilizado pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e depois pelo seu sucessor, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, para desobstruir leitos de rios era o mesmo para todos eles e agravava o problema que desejava sanar. A fim de evitar a queda de galhos no álveo, a mata ciliar era removida, deixando as margens desprotegidas. Assim, a ação mecânica da correnteza produzia a aluição das mesmas e o transporte de sólidos para o curso d'água, parte dele permanecendo em suspensão e provocando turbidez, enquanto a outra parte assentava no fundo, acarretando assoreamento. Com isso, o rio perdia profundidade e espriava seu espelho líquido, atingindo a vegetação ciliar, que novamente era removida pelas mesmas razões iniciais. No final, as matas marginais protetoras desapareciam e o rio mudava seu regime hídrico, com enchentes violentas na estação das chuvas e secas acentuadas na estiagem.

O Plano da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica para o Estado do Rio de Janeiro prevê uma Zona de Amortecimento, no entorno do Parque Estadual do Desengano, que envolve a quase totalidade da bacia do Imbé, a lagoa de Cima e a cidade de Santa Maria Madalena, estendendo-se para o sul e conectando-se a grandes e a pequenas amostras remanescentes de mata ombrófila no dorso da Serra do Mar. Mais externamente, prevê uma Zona de Transição (RESERVA, 1994). O Art. 40, inciso I, da Lei Municipal nº 5.251, de 27 de dezembro de 1991, instituindo o Plano Diretor de Campos, determinou a criação de uma Área de Proteção Ambiental para salvaguardar o vale do Imbé e a Lagoa de Cima. No entanto, só a Lagoa de Cima transformou-se em APA pela Lei Municipal nº 5.394, de 24 de dezembro de 1992.

Plano Diretor

O Plano Diretor é um dos instrumentos de preservação dos bens ou áreas de referência urbana, previsto no artigo 182 § 1º da Constituição Federal e na Legislação Federal através da Lei 10.257/ 01, popularmente conhecida como Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento do Município, pois sua principal finalidade é fornecer orientação ao Poder Público e a iniciativa privada na construção dos espaços urbanos e rurais na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população, adstrita àquele território. Trata-se, pois, de uma lei municipal específica, cujo objeto é o planejamento municipal, mediante atividades e empreendimentos do Poder Público e das pessoas físicas e jurídicas, que leva em conta os anseios da população. Daí, ser chamado também de Plano Diretor Participativo.

Em suma, o Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município, determinando o que pode e o que não pode ser feito em cada parte do mesmo.

Na fase que antecede sua aprovação, vereadores e representantes comunitários, através de audiências públicas e debates, discutem os problemas urbanos, objetivando a construção de uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações.

Cabe lembrar que antes da vigência do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor era obrigatório para municípios cuja população ultrapassasse 20 mil habitantes. Agora, também é exigido para as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e cidades integrantes de áreas especiais de interesse turístico, bem como as que possuem em seus limites territoriais empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

Seu conteúdo deverá estabelecer no mínimo a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, levando em conta a infra-estrutura e demanda para a utilização do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Estabelecerá as condições de exercício do direito de preempção, da outorga onerosa do direito de construir, das áreas onde serão permitidas a alteração de uso do solo e as operações urbanas consorciadas.

Fonte: <<http://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=2608>>. Acesso em 21 out. 2009.

As formações vegetais nativas

Acompanhando o Projeto RadamBrasil, o IBGE-IBDF e a tipologia proposta por Veloso, Rangel Filho e Lima, podemos identificar, no interior e no entorno do Parque Estadual do Desengano, as seguintes formações vegetais nativas: floresta ombrófila densa atlântica nas suas variações submontana e montana; floresta estacional semidecidual, nas formas de terras baixas e submontana; e refúgios vegetacionais (campos de altitude) (PROJETO, 1988; FIBGE/IBDF, 1988; VELOSO *et al*, 1991).

Quanto à floresta ombrófila densa, também conhecida por floresta pluvial tropical ou por floresta perenifólia, explica-se que

*Este tipo de vegetação é caracterizado por fanerófitos, justamente pelas subformas de vida macro e mesofanerófitos, além de lianas lenhosas e epífitas em abundância, que o diferenciam das outras classes de formações. Porém, a característica ecológica principal reside nos ambientes ombrófilos que marcam muito bem a 'região florística floresta'. Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25° C), e de alta precipitação, bem distribuída durante todo o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco. Além disso, dominam nos ambientes desta floresta latossolos distróficos e excepcionalmente eutróficos, originados de vários tipos de rochas, desde as cratônicas (granitos e gnaisses) até os arenitos com derrames vulcânicos de variados períodos geológicos. (VELOSO *et al.*, 1991)*

Em novembro de 1977, uma equipe de botânicos liderada por José Pedro Pereira Carauta empreendeu uma excursão científica ao Parque Estadual do Desengano e adjacências. Na Serra da Grama, identificaram as samambaias *Selaginella*, *Anemia*, *Gleichenia*, *Adiantum*, *Hymenophyllum*, *Alsophila*, *Bolbitis serratifolia*, *Polybotrya cervina*, *Tectaria*, *Blechnum*, *Polypodium* e outras mais. Descendo em direção ao Imbé, o autor do relatório descreve:

As árvores eram de porte elevado e o sub-bosque formado por Alsophila sp. (Cyatheaceae), Geonoma (Arecaceae), Psychotria (Rubiaceae) Solanum (Solanaceae) etc. No tapete herbáceo predominavam as Polypodiaceae, Bromeliaceae, Marantaceae, Begoniaceae, todas sobre uma espessa camada de matéria orgânica em decomposição. A profusão de epífitas era extraordinária e nesse ponto a floresta mostrava bastante semelhança com a que havíamos observado anteriormente na Serra de Macaé, Município de Nova Friburgo. Em muitos aspectos a semelhança florística era também acentuada, entre a mata do Parque do Desengano e a da Serra de Macaé, por exemplo, uma Blechnaceae epífita, Bromeliaceae, Palmae, Acanthaceae e Dioscoreaceae. O entrelaçamento das copas das árvores deixava os estratos inferiores com bem menor luminosidade. (CARAUTA, 1977).

Descendo por um riacho, o grupo encontrou pela primeira vez *in situ* uma *Dorstenia elata* – Moraceae, verdadeiro fóssil vivo, espécie ameaçada de extinção por só crescer em matas primárias bem conservadas. Tendo fartamente herborizado, o grupo deu por encerrada a excursão (CARAUTA, 1977).

No ano seguinte, outro grupo de botânicos excursionou também ao Parque do Desengano. A *Dorstenia elata* foi encontrada novamente, agora na Serra da Rifa (OLIVEIRA, 1978a). O mesmo grupo concluiu seus trabalhos com um relatório final arrolando capichingui (*Croton sp.*), copaíba (*Copaifera sp.*), sangue-de-aldrago (*Pterocarpus sp.*), cedro-rosa (*Cedrella glaziouii*), cedro-batata (*C. fissilis*), canela-cedro (*Ocotea macrocalyx*), canjerana-cedro (*Cabralea cangerana*), uricurana (*Hieronyma alchorneoides*), murici-carvalho (*Byrsonimia sp.*), canela-amarela (*Nectandra sp.*, *Ocotea sp.*), canela-cheirosa (*Endlicheria hirsuta*), canela-manga (*Nectandra sp.*), cacheta (*Tabebuia sp.*), piúna (*Tecoma sp.*), pequiá-marfim (*Aspidosperma eburneum*), massaranduba (*Mimusops sp.*), guapeba (*Lucuma sp.*) e jatobá (*Hymenaea sp.*) (OLIVEIRA, 1978b). Em todos os três documentos mencionados sobre a floresta ombrófila (formação que é constituída de árvores com alturas variando entre 20 e 30 metros, com troncos retos e bem copados que representam os estratos dominantes e codominantes), há o registro da supressão vegetal nativa, do seu esforço em se regenerar e da implantação de pastagens.

Voltando a Veloso, Rangel Filho e Lima, explicam eles que a floresta estacional semidecidual ou floresta tropical subcaducifólia

*É constituída por fanerófitos com gemas foliares protegidas da seca por escamas (catáfilos ou pêlos), tendo folhas adultas esclerofilas ou membranáceas decíduais. Em tal tipo de vegetação, a porcentagem das árvores caducifólias no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente situa-se entre 20% e 50%. Nas áreas tropicais é composta por mesofanerófitos que revestem em geral solos areníticos distróficos. Já nas áreas subtropicais é composta por macrofanerófitos em face de revestirem solos basálticos eutróficos. Esta floresta possui dominância de gêneros amazônicos de distribuição brasileira, como por exemplo: **Parapiptadenia, Peltrophorum, Cariniana, Lecythis, Tabebuia, Astronium** e outros de menor importância fisionômica. (VELOSO et al, 1991)*

Num trabalho de dois botânicos sobre a flora da bacia do Paraíba do Sul, afirma-se que a bacia do Rio Grande ainda é a mais rica em espécies arbóreas produtoras de madeiras nobres de todo o Estado do Rio de Janeiro, com vinhático, angico e gameleiras. Os autores acentuam a diferença entre as margens direita e esquerda em termos de formações vegetais nativas: à direita, predomina a floresta ombrófila densa. À esquerda, o domínio cabe à floresta estacional semidecidual (CARAUTA, 1988).

Finalmente, os refúgios vegetacionais são definidos como

Toda e qualquer vegetação floristicamente diferente, e, logicamente, fisionômico-ecológica também diferente do contexto geral da flora dominante na Região Ecológica ou no tipo de vegetação, foi considerada como um 'refúgio ecológico'. Este muitas vezes constitui uma 'vegetação reliquia' que persiste em situações especialíssimas, como é o caso de comunidades localizadas em altitudes acima de 1.800 metros. (VELOSO et al, 1991).

Um especialista neste tipo de formação nativa fala sobre o resultado das expedições dos naturalistas Alexandre Curt Brade e Joaquim Santos Lima, que percorreram a Pedra do Desengano entre 1932 e 1941, herborizando, e das que ele mesmo empreendeu em 1988. Sem contar com platôs, este refúgio vegetacional conta com 283 espécies típicas de campo de altitude, sendo 63 endemismos para este tipo de *habitat* e 14 endemismos restritos às montanhas da região. São elas: *Vernonia magdalenae*, *Senaea janeirensis*, *Tibouchina discolor*, *Bradea brasiliensis*, *Pitcairnia encholiriodes*, *Epidendrum chlorinum*, *Oncidium magdalenense*, *Banisteriopsis magdalenensis*, *Behuria huberioides*, *Pliochiton magdalenense*, *Tibouchina magdalensis*, *Pleiochiton longipetiolatum*, *Magdalenaea limae* e *Phymatidium limae*. Limitadas apenas à Pedra do Desengano, seis espécies: *Vriesia farneyi*, *Behuria limae*, *Persea microphylla*, *Salvia magdalenensis* e *Lobelia santoslimae* (MARTINELLI, 1996). Por mais recôndito, ou seja, desconhecido, oculto que seja o local, caçadores de plantas raras já começam a assediá-lo, notadamente, à procura de bromélias.

A biodiversidade faunística

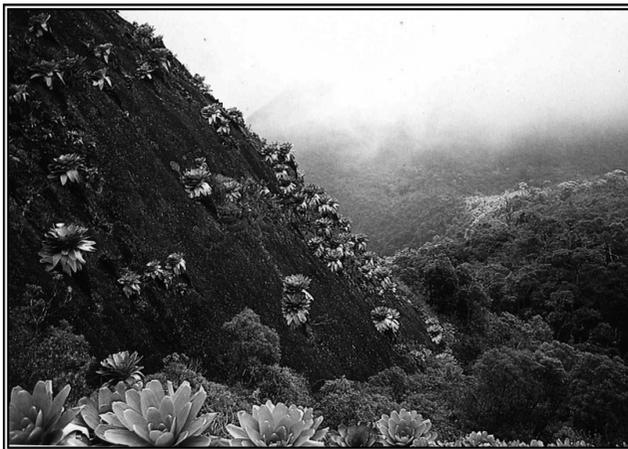


Figura 3: Detalhe da Pedra do Desengano, com sua vegetação herbácea. Ao fundo, a mata ombrófila densa.

Fonte: MARTINELLI, 1996.

Poucos levantamentos têm sido realizados sobre a fauna nativa do segmento da Serra do Mar em estudo e de suas formações vegetais nativas. Em 1977, um botânico anota, de passagem, as seguintes espécies animais na Serra da Gramma: araponga (*Charmorhynchus nudicaulis*), inhambu-grande (*Crypturus obsoletus*), tovaca ou tubaca (*Chamaeza brevicauda*), cavalo-frouxo e outras aves. Por informação do guia, soube da existência do macuco (*Tinamus solitarius*), da juriti (*Leptotila sp.*), do bugio (*Alouatta sp.*) (CARAUTA, 1977).

Tânia Parucker de Araujo Penna, acompanhando Carauta e Rocha, anotou a presença de guaxes, preguiças, capitão-do-mato, bem-te-vis, gavião pinhé, xeréu, anus, andorinhas, cobra-cipó, falsa-coral, lagartos, pererecas e uma profusão de insetos (CARAUTA, 1977).

No livro *Campos de altitude*, Martinelli, também botânico, menciona o muriqui (*Brachyteles arachnoides*), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), a onça-parda (*Felis concolor*), o pequenino rato-do-mato (*Delomys colinus*), a aranha negra (*Lycosa raptoris*), a perereca Fritzianna goeldi, o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o beija-flor-garganta-de-rubi (*Clytolaema rubricauda*), o beija-flor-do-papo-branco (*Leucochloris albicollis*), João-teneném (*Synallaxis cinarescens*), garrincha-chorona (*Schizoeaca moreirae*), papacapim (*Poospiza thoracica*) e o lagarto (*Tropidurus torquatus*) (MARTINELLI, 1996). Um folheto de divulgação sobre o Parque do Desengano lista, sem rigor, além de espécies já registradas aqui, a irara, o quati, o porco do mato, papagaios, periquitos, a jacupemba, gaviões, tucanos, jacutinga e jacu-açu (PARQUE, sd).

Como se pode observar, muito há por fazer no que concerne à fauna nativa. Um vasto campo de estudos se descortina para pesquisadores. O plano de gestão do Parque deve contemplar adequadamente a necessidade de conhecimento da fauna silvestre.

Aspectos antrópicos

Atividades econômicas

Como já vimos no início deste estudo, tanto os povos nativos quanto os europeus ocuparam preferencialmente as partes mais baixas da região, notadamente a planície fluviomarina e os tabuleiros entre os rios Itapemirim e São João, limites máximos da ecorregião nativa e cultural e que aqui são tomados como marcos. Também a zona serrana foi bastante ocupada, mas apenas a de baixa altitude, hoje correspondente ao noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A descoberta de sítios arqueológicos vem confirmando este povoamento. Quanto à Serra do Mar, os povos nativos devem tê-la habitado em menor escala ou feito incursões em seu interior, como já assinalou Renato da Silveira Mendes (MENDES, 1950). Os europeus e seus descendentes, contudo, tardaram em alcançar o espaço altomontano, receosos das barreiras natural e indígena. Na cartografia do século XVIII, este espaço é ocupado por um vazio. Em Vieira Leão, a área onde hoje

se situa o Parque do Desengano está assinalada pelo alerta: “Sertão ocupado por índios brabos” (LEÃO, 1767). Só mesmo a partir do século XIX, os domínios submontano e montano começam a ser conquistados. Esgotadas as florestas estacionais dos tabuleiros e da zona cristalina de terras baixas, os conquistadores pioneiros começam a galgar a Serra do Mar pelo lado interno e externo, primeiro para a obtenção de madeiras nobres e de lenha. Em seguida, para o cultivo do café (MACHADO, 1996). Nos ermos do Vale do Imbé, escravos fugidos instalam quilombos. Sobre eles, José Carneiro da Silva escreve que, nos sertões de mata virgem do Imbé e seus afluentes, vários deles “se acham bem derrotados, se considerarmos o auge, em que eles se acharam alguns anos atrás” (SILVA, 1907). Ainda que muito alterada a fisionomia nativa do vale, é de bom alvitre (parecer) estar atento para sítios arqueológicos de indígenas e escravos, com ou sem a criação de uma zona de amortecimento entre o Parque ou a ampliação da APA da Lagoa de Cima, criada pelo município de Campos.

Foi preciso aguardar o advento de novas tecnologias para conquistar as encostas da Serra do Mar. O café torna-se a lavoura mais rentável nas novas terras, onde se cultiva também a lavoura branca. A escalada da montanha se intensifica mesmo no século XX. Os memorialistas e os viajantes que passaram pela região no século XIX não subiram o planalto, com exceção de Burmeister, que, partindo do Rio de Janeiro, alcançou Friburgo e Cantagalo para descer em direção a São José de Leonissa da Aldeia da Pedra. Dessa localidade, subiu outra serra – a da Mantiqueira – acompanhando o vale do rio Pomba, a fim de visitar a grande atração do Brasil ainda naquele século: a outrora fulgurante região das Gerais. No entanto, ele percorreu caminhos já desbravados (BURMEISTER, 1980).

Lamego exalta a figura do pequeno proprietário aventureiro que, a exemplo dos desbravadores dos rios Muriaé e Carangola, no século XIX, naquilo que ele denominou “a bandeira do jacarandá”, tenta fazer fortuna derrubando florestas e plantando café na área serrana da ecorregião.

Um dentre muitos espanta-nos pela ousadia bandeirante. Chama-se Tancredo Cunha. Agrimpou ao altiplano inatingível, deserto e florestoso da Serra do Baú, abrindo releixos a dinamite. E ali, sem medo às temibilíssimas “pintadas”, que farejam veados, de envolta com cabritos montados – oriundos de uma fazenda velha, no morro ao lado que lhes herdou o nome –, sozinho, sob a incolumidade do ‘rifle’, vai emendando cafezais sobre cafezais.

A massa trabalhadora que vai atrás desses aproveitadores da natureza divide-se, consoante Lamego, em machadeiros, enxadeiros e carreiros. De cada um traça o perfil psicológico. O machadeiro cria um modo de vida seminômade e independente, sempre caminhando em frente. Seu trabalho solitário ou realizado com poucos companheiros

exacerba-lhe o individualismo. Conhece como ninguém as diversas madeiras e os hábitos dos animais que caça. O autor de *O Homem e a Serra* considera-o superior no seu isolamento, mas também inclinado à tocaia e à violência. Já o enxadeiro acostumou-se à rotina do eito. Dominado ainda pela alma das senzalas, vive melancólico, indolente e fatigado. Quanto ao carreiro, reconhece-lhe qualidades superiores, desenvolvidas na condução dos carros não mais pelos terrenos planos da baixada, mas nos caminhos perigosos da serra, onde qualquer descuido pode ser fatal (LAMEGO FILHO, 1934).

Alguns núcleos urbanos instalaram-se nos píncaros da Serra do Mar, na sua vertente esquerda. Dentre eles, destaca-se Santa Maria Madalena, que se manteve num isolamento quase inacessível até os anos setenta do século XX. Em 1931, o jornal campista *Folha do Commercio*, editado pela Associação Comercial e Industrial de Campos, estampa vários editoriais e artigos enaltecendo as belezas da localidade serrana e defendendo a necessidade da construir uma rodovia que pudesse ligá-la a Campos (CAMPOS-MADALENA, 1931). Por trás dos interesses aparentemente turísticos, havia a intenção de descortinar todo um campo até então pouco explorado pelas dificuldades de acesso: as vastas florestas de encosta e as terras da cordilheira atlântica. Também na vertente direita, já estavam instalados vários proprietários rurais que haviam lançado ao chão antigas árvores para a venda ou simplesmente ateado fogo às florestas para abrir terras ao cultivo. Ainda no mesmo periódico, em 1931, anunciava-se que havia, na redação do mesmo, uma exposição dando mostra da grande variedade de frutas produzidas na Vargem do Mundo, 16º Distrito do Município de Campos, ao pé da Serra, na região genericamente denominada em Campos de Imbé. Dentre elas, fazia-se menção a laranjas das variedades “cacau”, “cidade” e “pera”, limão “doce”, limão “cidra”, lima embiguda, além de inhame chinês e cará mimoso, todos colhidos nas ubérrimas terras de José Maria Ferreira dos Santos, que reivindicava da Prefeitura a limpeza do córrego Zangado para permitir o escoamento da produção (LINDAS, 1931). Os rios Imbé e Ururá continuavam, então, sendo a principal, se não única, via de acesso àquelas remotas paragens. Em 1934, o órgão dos comerciantes e dos industriais, que viviam na dependência da agropecuária e da agroindústria, registra o rodoviarismo que começava a se desenvolver com o automóvel e com o caminhão. Num editorial, anuncia-se com louvaminhas a construção de uma estrada que permitiria escoar a produção e a “incomensurável variedade de madeiras” do Imbé. Informa que já existia uma estrada quase concluída até Novo Horizonte, faltando estendê-la mais 15 quilômetros até a fazenda Aleluia, onde havia várias propriedades importantes, pertencentes, entre outros, a Pedro Belisário, José Ávila, Manoel Caldas, José Rufino, Feliz Abdala, José Fernandes, Antonio Ferreira e Elias Jabor (UMA ESTRADA, 1934). A rede viária que atualmente corta a parte serrana ocidental da ecorregião é bastante intrincada, e algumas começam a ser pavimentadas com asfalto. A estação das águas era, até então, o maior fiscal dos remanescentes florestais, pois tornava as estradas intransitáveis.

Em diagnóstico implacável, apresentado ao Conselho Florestal de Campos, previsto pelo antigo Código Florestal (instituído pelo Decreto Federal nº 23.793, de 23/01/1934), Godofredo Tinoco, seu Presidente e Consultor Jurídico, divulga informações alarmantes, tais como: 1- Pouco ou quase nada resta das matas nativas primárias nos 4.681 quilômetros quadrados que constituem a área “provável” do município de Campos. 2- Apesar de tudo, cerca de dez grandes serrarias estavam em atividade permanente no município, sem contar as fornalhas das usinas e da Companhia Leopoldina, que consumiam anualmente milhares e milhares de metros cúbicos de lenha, sendo que a ferrovia devorava lenha de janeiro a dezembro, dia e noite. 3- As matas primárias deram lugar aos capoeirões, no entender do autor – mais do que inúteis –, danosos às atividades econômicas, isto porque a sua derrubada e destoca não pagavam sequer a mão-de-obra. 4- Com base em cálculos feitos por Alexandre Grangier, chefe da Estação Experimental de Cana de Açúcar, o consumo de lenha pelas usinas girava em torno de 192.000 metros cúbicos, vale dizer, 96 toneladas de lenha, admitindo-se a média de 8% de lenha sobre o volume de cana moída; só a usina do Queimado – uma das mais bem aparelhadas da região, embora não fosse a de maior produção – estava consumindo, em média, 12.000 metros cúbicos de lenha por ano, ao passo que a Companhia Leopoldina respondia por 70.457 metros cúbicos de lenha cortados dentro do município, fora a madeira para outros fins. 5- Juntando tudo, a devastação anual das florestas do município, com superfície maior que a atual, montava a 262.457 metros cúbicos de lenha, não computada a madeira (TINOCO, 1940).

Quinze anos depois, Alberto Ribeiro Lamego, num escrito da maturidade, comenta:

Com o advento das usinas de açúcar agigantou-se a exploração do solo. Tornou-se a planície insuficiente para o cultivo da cana e as lavouras invadiram os tabuleiros, igualmente cobertos de florestas em maior parte já também desaparecidas (...) insatisfeitos com a tomada dos tabuleiros, os lavradores invadiram as abas serranas do norte (...) [com] o café, cujo plantio anexo à exploração da madeira, por sua vez desnuda a zona cristalina (...) Há muito foram as matas derrubadas, no sopé da Serra do Mar e dos seus fragmentos na margem setentrional, onde as baixadas gnáissicas se cobriram de plantações e de rebanhos. O ataque atual, porém, é às próprias florestas da Serra do Mar (LAMEGO, 1955).

Drasticamente reduzida, a mata ombrófila densa viceja hoje apenas nas encostas de inclinação acentuada e nos topos mais altos, com seus ipês multicoloridos, suas quaresmeiras roxas, seus jequitibás e suas cachoeiras cristalinas. A tecnologia moderna de destruição, contudo, aperta cada vez mais o cerco. Um estudo efetuado na gestão do governador Antônio de Pádua Chagas Freitas mostrava que todas as formações ve-

getais nativas, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, estavam em processo de extinção, com a ecorregião Norte-Noroeste Fluminense apresentando índices de remanescentes alarmantes (GOLFARI; MOOSMEYER, s/d). Um levantamento permitido por um convênio entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais foi divulgado em 1992, reportando-se ao lustro 1985-1990 e relativo a todo o Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, ele revela que o desmatamento continua não apenas na mata ombrófila densa, como também nos poucos fragmentos de mata estacional, na vegetação psamófila costeira e nos manguezais (ESTADO, 1992). Ainda operando em conjunto, INPE e SOS Mata Atlântica mostram que o período entre 1995-2000 não trouxe mudanças alentadoras para o domínio Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro (ATLAS, 2001).

Origens do Parque Estadual do Desengano

Em 24 de outubro de 1969, pouco mais de quatro anos após a instituição do novo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771, de 15/09/1965), o governador nomeado do Estado do Rio de Janeiro, Geremias de Matos Fontes, promulgou o Decreto-Lei nº 131, definindo quatro áreas prioritárias para a criação de reservas florestais estaduais, a saber: 1- Parque Estadual das Nascentes dos rios São João e Macaé; 2- Reserva Biológica do “Pau Brasil”; 3- Floresta Estadual de Santa Maria Madalena e 4- Floresta Estadual de Parati. O mesmo diploma legal estabelecia uma espécie de semidemarkação das áreas eleitas para proteção. O Parque Estadual das Nascentes dos Rios São João e Macaé corresponde mais ou menos à área do Parque Estadual dos Três Picos, cuja criação já foi anunciada pelo Instituto Estadual de Florestas. A Floresta Estadual de Santa Maria Madalena reunia os remanescentes florestais de Santa Maria Madalena (Serra do Rio Preto), São Fidélis e Campos. Pelo Art. 4º do Decreto-Lei, estipulava-se o prazo de 180 dias a contar de sua publicação para que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento submetesse à apreciação do Chefe do Poder Executivo projeto de decreto demarcando de forma minudente as áreas escolhidas.

As figuras aplicadas a cada um dos remanescentes – Parque, Reserva Biológica e Floresta – estavam previstas pelo Art. 5º do Código Florestal nas três instâncias da federação: União, Estado e Município. Assim, previa-se para o remanescente florestal de Santa Maria Madalena, São Fidélis e Campos o estatuto de Floresta Estadual. No entanto ele acabou ganhando a condição de Parque mediante o Decreto-Lei nº 250, de 13 de abril de 1970, que criou, dentro do prazo estabelecido pelo documento legal anterior, o Parque Estadual do Desengano, em alusão à Pedra do Desengano, ponto culminante da nova unidade de proteção. Esclareça-se, contudo, que a demarcação detalhada não foi efetuada. Apenas definiram-se a área aproximada do Parque, com cerca de 25.000 hectares, e novo prazo, agora de 90 dias, para a demarcação da unidade e formulação de algo parecido com um plano de manejo.

Plano de Manejo

O que é?

Plano de Manejo é um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Estabelece, desta forma, diretrizes básicas para o manejo da Unidade.

Objetivo

O objetivo deste roteiro é estabelecer uma metodologia mais flexível e dinâmica que permita iniciar o processo de planejamento em um maior número de unidades de conservação, proporcionando a estas um instrumento que irá progressivamente evoluindo em conhecimento e ações.

Estratégia para o planejamento

Visando garantir maior dinamismo ao planejamento das Unidades de Conservação de Uso Indireto, o Plano de Manejo foi concebido para ser realizado em três Fases, por meio das quais será garantida a evolução dos conhecimentos sobre os recursos da Unidade de Conservação e a ampliação das ações de manejo suportadas por este conhecimento. O planejamento em três Fases caracteriza o Plano como gradativo, contínuo, flexível e participativo.

O Plano de Manejo é gradativo, porque a evolução dos conhecimentos sobre os recursos da Unidade de Conservação, ao longo das três Fases, condiciona a ampliação e o aprofundamento das ações de manejo sobre os seus recursos.

O Plano é contínuo, porque cada nova Fase sempre englobará os conhecimentos e as ações da Fase precedente. Além disto, cada nova Fase será planejada já durante a implementação da Fase anterior, não existindo interrupção entre as Fases.

O Plano de Manejo é flexível, porque sua estrutura apresenta a possibilidade de agregar novos conhecimentos e eventuais correções ao manejo durante a implementação de qualquer das Fases. As ações de monitoria e reavaliação efetuadas durante a implantação do Plano indicarão a necessidade de se fazer ou não tais correções.

O Plano é participativo, porque sua elaboração prevê o envolvimento da sociedade no planejamento, através das Oficinas de Planejamento. Além disso, sua estrutura prevê ações no entorno das Unidades visando a cooperação das populações vizinhas e a melhoria da sua qualidade de vida.

Fonte: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/f-3corpo.htm>>. Acesso em 21 out. 2009.

Momentos críticos e fundamentais

A primeira demarcação do Parque Estadual do Desengano foi instituída pelo Decreto nº 14.871, de 20 de outubro de 1970, com o seguinte traçado:

... partindo da Serra do Marial, no Município de São Fidélis, num ponto fronteiro à Cascata D. Aninha, na Serra dos Marreiros, em reta que vai alcançar a Serra do Marimbondo, já no Município de Santa Maria Madalena, passando antes pelo Pico da Pedra Grande; daí, subindo pelo Córrego da Rifa e ultrapassando a linha de cumeada da Serra do mesmo nome ou do Bufão, desce pelo Córrego Muribeca (afluente do rio Imbé); deste ponto, passando pelo lugar conhecido por Santa Clara e pela parte sul da Serra da Agulha, segue em linha reta cortando os Córregos: Agulha, Água Limpa, Futuro e as cabeceiras do Córrego do Sossego até ganhar o Rio Segundo Norte, nas proximidades da Fazenda Cachoeira Bonita, no Município de Campos, deste ponto, em reta, à confluência do Córrego Sabiá com o Rio Mocotó; daí, em linha reta, à Serra da Penação; da Serra da Penação ao Córrego Aleluia na direção aproximada de 54° NE, daí à Serra do Imbé em direção norte; da Serra do Imbé às cabeceiras do Córrego Barra Alegre, na Serra do mesmo nome, passando pelos Rios Preto e Bela Joana e pelo Córrego da Barrinha; em seguida pela Serra da Barra Alegre e Serra do Rio Preto, passando pelos seguintes acidentes das ditas Serras: Peito de Moça, Maria das Neves, Moleque, Bandeira e, finalmente, Serra do Marial, com área aproximada de 25.000 hectares, destinada ao Parque Estadual do Desengano.

Sem amarrações precisas, tornava-se difícil definir os domínios do Parque. Mas este decreto trazia informações importantes sobre problemas até hoje não resolvidos, 32 anos passados. Nos seus considerandos, o Estado reconhecia, no âmbito da área delimitada, a existência de terras devolutas e comprovava a presença de imóveis com multiplicidade de títulos aquisitivos com vícios em sua formação original e cadeia sucessória, o que gerava dúvidas não apenas sobre a legitimidade da incorporação de tais imóveis ao domínio particular mas também quanto à exata indicação dos seus pretensos proprietários. Reconhecia também que grande parte das florestas situadas no interior do Parque eram áreas de preservação permanente pelo Art. 2º do Código Florestal, o que dispensava a figura de uma unidade de proteção ambiental para assegurar sua integridade e as tornava indisponíveis para atividades agrícolas e mercantis. Diante de tais razões, o Decreto declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, por conta e a favor do Estado do Rio de Janeiro, mediante procedimento amigável ou judicial, os imóveis situados no interior do demarcado Parque do Desengano, e instituiu ação discriminatória das terras públicas situadas dentro dos limites descritos. A desapropriação de que tratava o Decreto revestiu-se de caráter de urgência.

De todos os diplomas legais concernentes ao Parque Estadual do Desengano, este parece ter sido o mais lúcido.

Assinado na gestão do governador Raymundo Padilha, o Decreto nº 15.317, de 4 de agosto de 1971, representa um retrocesso em relação ao anterior. Considerando que, desde a declaração de utilidade pública da área correspondente ao Parque do Desengano, “nenhuma providência foi tomada pelo Estado visando a imissão de posse daqueles terrenos com visível prejuízo aos interesses dos seus legítimos proprietários” e que, naquele momento, “os superiores interesses do Estado desaconselham a composição amigável com aqueles senhores e possuidores das terras, tanto quanto a iniciativa do recurso ao Judiciário com as suas naturais e legais implicações”, o chefe do Poder Executivo estadual decidia suspender a execução do Decreto nº 14.871/70 até a sua caducidade. Mantinha, porém, o levantamento fundiário do território do Parque, concedendo o prazo de 90 dias para apresentação de títulos de propriedade e certidões comprobatórias do domínio privado correspondentes aos últimos vinte anos. Parece que a pressão dos proprietários de terra se fez sentir sobre o governo, como aconteceu ulteriormente outras vezes mais. Começava-se a perceber a dificuldade de implantar o Código Florestal num país em que o direito de propriedade é ainda considerado por muitos como absoluto e sagrado.

Ainda o mesmo governador, pelo Decreto nº 16.437, de 23 de julho de 1974, excluiu da área desapropriada para o Parque do Desengano 2.081.200 metros quadrados pertencentes à fazenda Quinta, de propriedade de Almir Fernandes de Souza Júnior por considerá-la insignificante para a preservação dos ecossistemas protegidos pela unidade, já que representavam apenas 0,3% do total da superfície demarcada pelo Decreto nº 14.871/70. Argumentava ainda que esta ínfima gleba servia muito mais à política desenvolvimentista dos governos estadual e federal que à proteção do meio ambiente. A única exigência feita ao proprietário era a obediência ao Código Florestal, sob pena de revogação do decreto.

Após a reincorporação do Estado da Guanabara ao do Rio de Janeiro, em 1975, novas medidas foram tomadas. A principal refere-se à nova demarcação do perímetro do Parque do Desengano pelo Decreto nº 2.328, de 5 de janeiro de 1979, declarando-o de utilidade pública para fins de desapropriação. A nova demarcação procurava seguir as cotas para conferir maior precisão à área do Parque. Mesmo com o Decreto nº 7.121/83, que criou a acalorada polêmica entre proprietários e ecologistas, por ter substituído o Parque do Desengano por uma Área de Proteção Ambiental ou ter superposto àquele a figura da APA, o perímetro permaneceu o mesmo, a saber:

Toma-se como início, o ponto 01 na divisa que o Rio Segundo Norte (apresentado como Córrego da Morumbeca na Carta 1:50.000 – IBGE – folha-SF-24.6.111-3) faz entre os Municípios de Santa Maria Madalena e Campos, na localidade denominada Forquilha, na cota de 500 metros, daí seguindo na direção Sul por essa cota até encontrar

o Córrego do Sossego, subindo por esse Córrego até a cota de 700 m, seguindo por essa cota até o Ribeirão da Água Limpa, descendo por este até a cota de 500 m, seguindo por essa cota até encontrar o Córrego da Agulha, subindo por este até 600 m, seguindo por essa cota até encontrar o Córrego da Muribeca, afluente do rio Imbé, subindo pelo Córrego da Muribeca até a cota 700 m, seguindo por essa cota até encontrar o Córrego Engenho da Serra, subindo por este até a cota de 1.000 m, continuando por esta cota até o Riacho da Rifa, descendo por este até a cota de 800 m, daí seguindo até encontrar o Riacho da Lustosa, subindo por este até a cota de 900 m, seguindo por essa cota até encontrar a nascente do Córrego Marimbondo na Serra do mesmo nome, descendo pelo Córrego do Marimbondo até a cota de 800 m, seguindo por essa cota até encontrar o Córrego Quareta-retro, subindo por este até a cota de 1.000 m, seguindo por essa cota até encontrar o Córrego do Recreio, subindo por este até encontrar a cota de 1.400 m, seguindo por essa cota até encontrar o divisor dos Municípios de São Fidélis e Campos, na Serra do Itacolomi, continuando pela divisa destes Municípios, passando pela Barra Alegre até encontrar a cota de 1.100 m, próximo ao Córrego da Barrinha (Folha IBGE-Dores de Macabu-24-G-111-4), seguindo por essa cota até encontrar o Córrego Bela Joana, descendo por este até a cota de 900 m, seguindo essa cota até encontrar o Córrego do Paiol, afluente do Rio Preto, descendo pelo Córrego do Paiol até a cota de 700 m, continuando por essa cota até a nascente do Córrego da Aleluia, descendo por este até a cota de 300 m, seguindo por essa cota até encontrar o Rio Opinião, descendo por este até a cota de 200 m, continuando por essa cota até encontrar o Rio Mocotó, subindo por este até a cota de 500 m, seguindo por essa até o ponto inicial do perímetro.

Como nenhuma medida fosse tomada para efetivar o Parque do Desengano em cinco anos de vigência do decreto, sustentam seus adversários que ele prescreveu a 5 de janeiro de 1984. Antes, porém, o governador Leonel de Moura Brizola assinou o Decreto 7.121, de 28 de dezembro de 1983, instituindo uma Área de Preservação Permanente. Este documento apresenta dois vícios de origem. Primeiramente, não dá nome à APA. Segundo, mantém o perímetro estabelecido pelo Decreto nº 2.328/79, sem, entretanto, mencioná-lo. Antes, remete ao Decreto-Lei nº 250/70, que não detalha a demarcação do perímetro do Parque.

Não há menção explícita de que o Decreto nº 2.328/79 tenha sido revogado, e observe-se que este não cria o Parque do Desengano. Apenas declara suas terras como tendo utilidade pública para fins de desapropriação. O ato que cria o Parque é o Decreto-Lei nº 250/70, que é referido no anexo do Decreto 7.121/83. Assim, como entender a situação da unidade atualmente? O Parque foi extinto e substituído por uma APA com o mesmo contorno? Ou superpôs-se uma APA a um Parque ainda existente por não ter sido revogado o ato que o instituiu? (BIDEGAIN, 1993).

Pela Resolução nº 160, de 13 de março de 1985, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, atribui-se ao Departamento Geral de Recursos Naturais Renováveis a supervisão, a administração e a fiscalização da APA do Desengano e definem-se as atividades e empreendimentos proibidos em seu âmbito. O governo do Estado do Rio de Janeiro parecia assumir o Desengano como Área de Proteção Ambiental, esquecendo-se do Parque.

Todavia, o mais curioso é que, em 17 de outubro de 1984, foi criada uma Comissão Especial de Processo Discriminatório da Área do Parque do Desengano pela Resolução Conjunta nº 7, das Secretarias de Estado de Justiça e do Interior, de Agricultura e Abastecimento e da Procuradoria Geral do Estado. Tal Comissão convocava, através de edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1985, 80 pessoas físicas e jurídicas

... para, na condição de proprietários, foreiros, arrendatários, ocupantes a qualquer título, confinantes e, ainda, quantos incertos e desconhecidos se julgarem com direitos a qualquer porção de terras, apresentarem, A PARTIR DAS 8.00 (OITO) HORAS DO PRIMEIRO DIA, A CONTAR DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, seus títulos de propriedade, escrituras, documentos, informações de interesse, e se for o caso, testemunhas, ou quaisquer outras provas em direito admitidas que fundamentem a alegação de propriedade, posse, foro, arrendamento ou ocupação incidente sobre a área do PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO, instituída área de proteção ambiental e preservação permanente pelo Decreto nº 7121, de 28 de dezembro de 1983, situada no Município de Santa Maria Madalena, o qual na sua totalidade, compreende também áreas no Município de Campos e São Fidélis.

Ora, a figura de Área de Proteção Ambiental não comporta desapropriação e indenização a legítimos proprietários, mas tão somente ordenação do território por meio de plano diretor. Por que, então, cria-se uma Comissão para discriminar terras no interior do Parque do Desengano, como ela mesma reconhece, visando incorporá-las ao patrimônio público estadual? É de se crer, entretanto, que, mais uma vez, a pressão de ocupantes legítimos e ilegítimos tenha provocado o aborto do processo. Tudo foi esquecido e não se tocou mais no assunto.

Com a incorporação do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Departamento Geral de Recursos Naturais Renováveis, responsável pelas unidades de proteção ambiental instituídas pelo governo estadual. O Parque do Desengano ganhou, então, seu primeiro diretor, cinco anos após sua criação. Tratava-se do engenheiro agrônomo Christiano Brandt, que marcou sua administração por seu desvelo e energia. Celebra-se também

um convênio, com prazo de cinco anos, entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, assumindo esta, sem prejuízo das atribuições daquele, a incumbência de fazer cumprir, no Estado do Rio de Janeiro, a Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal). Por um termo aditivo, ele foi prorrogado por mais cinco anos, mas nunca surtiu o efeito desejado. Os diretores pouco tempo ficaram no cargo, havendo interregnos (intervalos) prolongados entre os mandatos. Destacou-se ainda a gestão de Sérgio Maia Vaz, que tentou conferir um novo alento à administração do Parque, mas enfrentou obstáculos econômicos e políticos.

Outro aspecto de significativa importância foi a luta travada pelos ecologistas reunidos em torno do Centro de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA), com sede em Nova Friburgo, e do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), sediado em Campos. Ambos têm uma longa existência de luta e contribuíram bastante para as providências tomadas pelas autoridades governamentais em defesa do Parque do Desengano, ainda que tímidas.

As ações do CNFCN iniciaram-se em 1978, denunciando um grande desmatamento descoberto por via aérea no interior do Parque do Desengano (DENÚNCIA, 1978).



Figura 4: Desmatamento no interior do Parque Estadual do Desengano.
Fonte: Foto de Esdras Pereira publicada em *O Fluminense*. Niterói: 03/05/1978.

Em 1980, ocorreu o primeiro conflito aberto entre o CNFCN e os ruralistas instalados nos limites do Parque. Os ecologistas divulgaram uma lista com os nomes de desmatadores incluindo Antônio José Pessoa, Lauro Cardoso, José Venâncio, Antônio Ferreira, Armando Chaves, Valdir Alves Vieira, Heraldo Barreto, José Neves Filho, Ari da Cunha Vieira, Grimaldi Bernardino, José Salame, Azar Daud Nassar, Usina Barcelos e Fazenda Maria Amália (CAMPOS, 1980). Tal denúncia resultou em intimação do presi-

dente da organização não-governamental pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para prestar esclarecimentos. Tornou-se nítido para os ecologistas que a luta pela defesa de remanescentes de formações vegetais nativas, no norte-noroeste fluminense, apresentava um grande ônus: ela deveria ser travada diretamente entre defensores do meio ambiente e seus destruidores, sem a mediação de uma força social, como os pescadores, no caso das lagoas da mesma região. No Parque do Desengano, o pobre derrubava a floresta porque dependia do rico para sobreviver e colocava-se também contra os ecologistas. Tratava-se de uma luta extremamente desigual, pois o Estado, nas três instâncias, também se posicionava ao lado do usuário rural, por mais que os diplomas legais dele emanados revelassem um fictício interesse na preservação dos ecossistemas vegetais nativos.

Às vésperas de expirar o Decreto nº 2.328/79, uma nova grande manifestação foi promovida pelos ecologistas, culminando com a vinda a Campos do então Secretário de Desenvolvimento Agropecuário Antônio Carlos Pereira Pinto para negociar uma solução para o Parque. Completamente desinformado sobre a situação da unidade, ele tentou um acordo de cavalheiros com os desmatadores que se comprometeram “a não promoverem desmatamento indiscriminado” até nova definição sobre o Parque (ACORDO, 1983). Com este acordo, os usuários rurais da unidade reconheciam provocar supressão indiscriminada de vegetação nativa e não se prontificavam a suspender a supressão considerada discriminada. O CNFCN insistiu na efetivação do Parque mediante indenizações a proprietários legítimos e considerou a criação de uma APA com os mesmos limites do PED apenas um paliativo (SOFFIATI, 1983).

Em 1988, o conflito conhece novo aquecimento com outra lista de desmatadores divulgada pelo CNFCN, nela figurando os nomes de Almir Fernandes de Souza, Messias Rufino Faria Júnior, Admardo da Costa Peixoto Filho, Arthur Augusto Lontra Costa, Valdir Alves Vieira, Paulo Guimarães Venâncio, Armando Chaves, Cícero Lemos e o vereador de Campos George Dias Farah. Um deles, Arthur Augusto Lontra Costa, era Procurador do Estado do Rio de Janeiro e respondia a processo instaurado pelo IBDF por abater 21 árvores, entre elas um centenário jatobá (DESMATADORES, 1988).

Dois anos depois, surpreendentemente, o Instituto Estadual de Florestas fornece, a pedido do CNFCN, uma lista dos maiores desmatadores do norte-noroeste fluminense, de imediato divulgada pelos ecologistas nos meios de comunicação. Em Campos e em toda a região, o recorde ficava por conta de Paulo Sérgio Silva Guimarães, que, a partir de então, passou a ser conhecido pelo título de “Rei do Desmatamento”. Outros nomes, em Campos, eram os da Companhia Açucareira Usina Santa Cruz, Valdir Alves Vieira, Antônio Carlos Chebabe, Jorge Ribeiro, Erbal Martins Cordeiro, Antônio José Sales, Aneir G. de Azevedo, Olivier A. V. Cruz, José Arantes Arêas, Messias Rufino Faria Júnior, Luiz Alberto P. Siqueira, Eli da Silva Riscado, Companhia Agrícola Baixa Grande,

Celme Silva Caetano, José Rangel Alves, Luís Carlos Arêas, Nivaldo da Silva Catarina, Jorge Linhares, Benedito Carlos Ribeiro, Camilo Haddad, Ranulfo Cruz de Azevedo, Domingos de Araújo Crespo, Salvador Ferreira Viana, Mineração MARBARSIL LTDA., Samuel Pereira Gomes, Miguel Arêas Filho, Herval da Silva Vitória, Eduardo Restum Hissa, Antônio Joaquim de Castro, José Queiros Gomes, Luiz Fernando Ribeiro Parente e Carlos Alberto Vieira da Silva, perfazendo um total de 195.66 ha. Em São Fidélis, apareciam os nomes de Joaquim Barcellos Pinto, Jorge Luiz Ribeiro de Carvalho, Helci Faria Prata, João Batista Vitipó, Pedro Pereira, , Edio Pereira Soares, Alair Martins, Oliveira Gomes Campos, Sebastião Merrat de Araújo e Norival de Souza Serra, totalizando 26.80 há. de área desmatada. Em Santa Maria Madalena, os mais conhecidos eram Iran Machado da Silva, Maria Moreira da Silva, Helicéa Paiva Nascimento da Silva e Sebastião Abdala Salomão, com uma área desmatada na extensão de 2.79 ha. O registro se estendia ainda a Laje do Muriaé, Silva Jardim, Cambuci, Italva, Itaperuna, Conceição de Macabu, São João da Barra e Santo Antônio de Pádua (CENTRO, 1990).

Esta revelação motivou, finalmente, um movimento que extrapolou o CNFCN e foi respaldado por 22 entidades, inclusive, a contragosto, prefeitos de vários municípios do norte-noroeste fluminense. Uma carta denúncia foi enviada ao presidente Fernando Collor de Mello e ao governador Wellington Moreira Franco, além de outras autoridades. Vertida para o inglês, foi encaminhada também ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico, à União Internacional para a Conservação da Vida Selvagem e à Fundação Mundial da Vida Selvagem. A resposta do governo do Estado do Rio de Janeiro foi um bombardeio inócuo (inofensivo) de sementes nas áreas desmatadas do Parque do Desengano, pretendendo restaurar a vegetação nativa.

Outra iniciativa governamental consistiu na assinatura de um convênio entre IEF e White Martins pelo qual esta empresa investiria 200 mil dólares na unidade de proteção. Em grande parte, a aplicação destes recursos ficaria a cargo do Instituto Pró-Natura. Com estes recursos financeiros, até experiências com dirigíveis foram realizadas para melhorar a fiscalização do Parque (CONVÊNIO, 1991). Malgrado toda esta parafernália, Campos foi o campeão de desmatamento no mesmo ano da assinatura do convênio, segundo informações do próprio IEF (CAMPOS, 1992).

Várias promessas de salvar o Parque do Desengano foram feitas ao longo de seus 32 anos de existência. Em 1993, Pedro Paulo Pannunzio, vice-presidente do IEF, anunciou a restauração das áreas desmatadas dentro da unidade (ESTADO, 1993). As diversas promessas não cumpridas acarretaram o descrédito do Estado e de seus órgãos específicos junto à sociedade e aos movimentos de defesa do meio ambiente e a certeza da impunidade por parte de seus destruidores.

A situação atual

Durante sua existência, os fatores responsáveis pela destruição do Parque Estadual do Desengano foram o extrativismo mineral, vegetal e animal, bem como a agricultura, a pecuária e o turismo. Messias Rufino Faria Junior, um dos usuários rurais mais citados em relações de desmatamento, declarou à imprensa, em 1979, acerca do risco representado pelo Decreto 2.328/79:

Eu, particularmente, não sou atingido profundamente, mas perco uma boa área de pasto. Mas existem vizinhos meus que perdem praticamente todas as terras. O que me deixa preocupado é que requeri a concessão para mineração, inclusive do granito verde, que se encontra precisamente na parte atingida. Mas espero que minha concessão não seja atingida, principalmente porque ela me foi concedida antes do tal Decreto criando o Parque, e por órgão federal (...) Segundo se sabe no Imbé encontram-se jazidas de caulim, quartzo, granito verde e até há notícias de ouro. A terra da região é riquíssima, o clima dos melhores e lá ainda se encontram todas as espécies vegetais da mata da Serra do Mar, além de variada fauna e flora. (FAZENDEIROS, 1979a; 1979b; 1979c).

O extrativismo vegetal visava o fornecimento de madeiras nobres para a indústria moveleira e de construção civil, por um lado; por outro, o abastecimento de usinas, destilarias, olarias e padarias. Por várias vezes, unidades produtivas destes setores industriais foram multados pela fiscalização, embora tenham sido grosseiros os resultados em coibir o ilícito (IBDF, 1985).

A caça não tinha um caráter comercial, muito embora produzisse um inadmissível empobrecimento da biodiversidade faunística, já bastante ameaçada pelo desmatamento. Tanto se tirava o animal de sua casa quanto a casa do animal.

Um empreendimento que vem causando muita polêmica é a exploração turística da cachoeira Tombo d'Água, num dos afluentes do rio Mocotó, em terras de Admarco Costa Peixoto Filho, dentro do Parque. A princípio, ele planejou um hotel fazenda. Depois, pensou em choupanas, que foram reduzidas a um restaurante. Agora, depois de tenaz oposição dos ecologistas, ele conseguiu construir um ponto turístico que implicou na supressão de vegetação nativa. Para complementar seu intento, pleiteia-se atualmente a pavimentação da rodovia de acesso ao local⁵.

A edição de 6 de março de 1991 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro estampou o edital de tombamento do Sistema Orográfico Serra do Mar/Mata Atlântica, incluindo o Parque Estadual do Desengano. No entanto, vários estudiosos entenderam tratar-se de medida insuficiente. Assim, em 1994, o Instituto Estadual de Florestas traçou um novo mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

ro, no qual o Desengano figura como Zona Núcleo I, cercada por uma Zona de Amortecimento. Entretanto, nenhum ato legal substituiu o edital de tombamento anterior.

Estudando os Parques Nacionais do Rio de Janeiro, José Augusto Drummond concluiu que eles apresentam redundância ecológica (DRUMOND, 1997). De fato, os Parques Nacionais da Bocaina, de Itatiaia, da Tijuca e da Serra dos Órgãos protegem amostras significativas de floresta ombrófila, de floresta estacional e de campos de altitude. Após a publicação do livro, foi criada a quinta unidade de conservação deste tipo, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, visando proteger magnífica diversidade de lagoas costeiras e formações vegetais psamófilas nativas.

Sob responsabilidade do Estado, os Parques da Pedra Branca, do Desengano e agora o dos Três Picos também apresentam esta redundância, mas ela é imprescindível para manter um corredor de vegetação nativa no dorso da Serra do Mar, apenas interrompido entre Japeri e Itaguaí. No noroeste fluminense, entre a costa e os rios Paraíba do Sul, Itabapoana e Pomba, as escassas manchas de floresta estacional semidecidual representam uma pálida amostra do que foi esta mata contínua há dois séculos. A zona costeira também se encontra muito empobrecida com respeito aos seus ecossistemas originais. Tirando a vegetação protegida pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, ao norte, e a contida no âmbito do Parque Nacional da Bocaina, ao Sul, mais o que restou na Ilha Grande, sobraram esqueléticos manguezais, tufo de vegetação psamófila e combalidas lagoas costeiras. No entanto, a área mais devastada do Estado estende-se entre a margem direita do Rio Paraíba, a vertente interior da Serra do Mar e o Parque Nacional de Itatiaia/Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira. Nesta área, a supressão florestal foi de tal monta que restaram insignificantes fragmentos florestais de uma manta contínua, assemelhando-se ao que, na Teoria do Caos, é chamado de poeira de Cantor.

Algumas prescrições

1- Definição da Unidade Estadual do Desengano como Parque. A situação legal do Desengano é confusa. A interpretação que convém aos que o defendem é a de que ele foi criado pelo Decreto-Lei nº 250/70, do Estado do Rio de Janeiro, e que este continua valendo, pois a incorporação do antigo Estado da Guanabara ao Rio de Janeiro não representou uma quebra de continuidade no que concerne ao segundo. Houve apenas mudança de capital de Niterói para a cidade do Rio de Janeiro. Valendo ainda tal diploma legal, os Decretos nº 2.328/79 e 7.121/83 não o teriam revogado. Assim, no nível mais simples, bastaria um decreto que regulamentasse o Decreto-Lei nº 250/70, confirmando a figura do Parque e mantendo a demarcação estabelecida pelo Decreto 2.328/79. Num nível mais elaborado, o mais seguro seria o envio de um Projeto de Lei à Assembléia

Legislativa recriando o Parque Estadual do Desengano e uma APA em seu entorno, na condição de zona de amortecimento, conforme preconiza o mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio de Janeiro (RESERVA, 1994). Como, no entanto, a tramitação de um projeto de lei nem sempre é rápida, pode-se recriar o Parque e criar a APA, com suas respectivas demarcações, por meio de decreto sem o receio de que ele seja revogado por outro decreto, já que, pelo inciso III do § 1º do Art 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Poder Público, entre outras atribuições, “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, **sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei**, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.” (Grifos nossos). Assim, a partir de 1988, um decreto criando uma unidade de conservação, seja ela de que tipo for, só pode ser revogado por uma lei, instrumento hierarquicamente superior.

A APA do Desengano passaria a ser o invólucro do Parque, ela também envolvida por uma delgada Zona de transição mais externa, conforme sugestão abaixo:

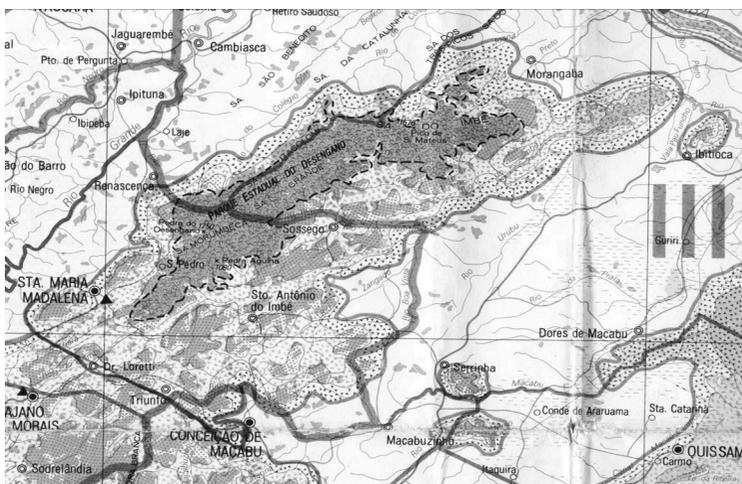


Figura 5: Proposta para a criação de uma APA como zona de amortecimento e de uma zona de transição em torno do Parque do Desengano.

Fonte: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. IEF, 1994.

Ambas podem ser criadas independentemente da recriação do Parque, após a efetivação deste. Torna-se necessário um entendimento entre o Instituto Estadual de Florestas e a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas quanto à demarcação da lagoa de Cima, já determinada por decisão judicial, bem como entre IEF e Prefeitura de Campos quanto à APA da Lagoa de Cima e do vale do Imbé.

Já a interpretação dos que não desejam o Parque é a de que tanto o Decreto-Lei nº 250/70 e o Decreto nº 2.328/79 foram revogados pelo Decreto nº 7.121/83. Por este ângulo, o Parque foi extinto e, em seu lugar, foi criada a figura permissiva da APA Estadual do Desengano.

2- Regularização da situação fundiária do Parque, com a propositura de uma ação discriminatória e o pagamento das devidas indenizações. Uma ação discriminatória foi iniciada nos anos de 1970. Aliás, já no Decreto nº 14.571/70, há referências a terras devolutas e à comprovação da existência “de imóveis com multiplicidade de títulos aquisitivos, os quais trazem vícios outros em sua formação original e cadeia sucessória, o que gera fundadas dúvidas, não só acerca da legitimidade da incorporação de tais imóveis ao domínio particular, mas também, quanto à indicação exata dos seus pretensos proprietários.” Esta ação discriminatória, ou ao menos um levantamento da situação fundiária do PED, desapareceu. Houve, porém, iniciativa abortada com relação a usuários rurais no trecho do Parque situado no município de Santa Maria Madalena, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1985 e nos principais jornais do Estado e da região norte fluminense em 29 do mesmo mês e ano. Mínimo é o número de pessoas residentes no interior do Parque Estadual do Desengano. Segundo informações de Florêncio de Oliveira, técnico da Agência de Campos do FIBGE, existem 25 domicílios com 23 habitantes, na parte de campista do Parque. Na parte de fidelense, apenas 13 habitantes. Quanto à Santa Maria Madalena, o censo de 2000 ficou a cargo da Agência de Friburgo.

3- Elaboração do Plano necessário ao funcionamento do Parque. Pelo Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, foi instituído o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, criando, como instrumento central para a sua administração o Plano de Manejo. A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mantém o Plano de Manejo para os Parques Nacionais. Houve o esboço de um Plano de Manejo para o Parque Estadual do Desengano, mas acabou se inviabilizando. Como existe uma corrida contra o tempo, urge a formulação de um Plano básico em suas linhas gerais que possa ser elaborado e implementado com rapidez para depois, passando pelo crivo da experimentação, ser progressivamente refinado.

4- Demarcação exequível dos domínios do Parque no terreno. Contando com cerca de 22.500 ha. de área, é inviável pensar-se na demarcação física de todo o perímetro do Parque do Desengano. Cumpre, porém, a afixação de alguma forma de sinalização nos pontos críticos da unidade.

5- Montagem de uma estrutura eficiente de fiscalização. A sede do Parque localiza-se fora dele, nas dependências do Horto Florestal Santos Lima, na cidade de Santa Maria Madalena. Pela sua extensão e por situar-se em terras de três municípios, torna-se necessário criar sub-sedes para ele. Uma poderia ficar ao sul, talvez em Sossego do Imbé. Outra, próxima à extremidade leste, no município de Campos, mais adequadamente em Morangaba. Uma terceira ainda, ao norte, ou em São Fidélis ou em Bela Joana. A dificuldade de comunicação entre seus quadrantes, por falta de estradas, poderia ser suprida

com estas sub-sedes e com um sistema de comunicação eletrônica. Este o entendimento da Agência do IEF em Campos.

6 - Proibição da pavimentação de estradas de acesso ao Parque até a sua consolidação.

7 - Revisão do empreendimento turístico Cachoeira Tombo d'Água com vistas a incorporá-lo à administração do Parque, já que, ao contrário do que afirma seu pretensão proprietário, Admardo Costa Peixoto Filho. A atividade turística no PED parece mais adequada no município de Santa Maria Madalena. Para viabilizá-la, contudo, necessárias se tornam medidas de proteção à sede do município, digna de ser tombada pelo INEPAC.

8- Novo edital de tombamento da Mata Atlântica no Rio de Janeiro, tomando como base a área levantada no mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – 1994.

9- Incentivo à pesquisa por parte de instituições acadêmicas e científicas.

Notas

¹ Sobre MORIN, Edgar, ver principalmente *O Enigma do Homem*. Rio de Janeiro, 1975, e os quatro volumes de *O Método*: vol. 1: *A Natureza da Natureza* (Mira-Sintra: Europa-América, s/d); vol. 2: *A Vida da Vida* (Mira-Sintra: Europa-América, s/d); vol. 3: *O Conhecimento do Conhecimento* (Mira-Sintra: Europa-América, s/d); vol. 4: *As Idéias: a sua natureza, vida, hábitat e organização* (Mira-Sintra: Europa-América, s/d). Sobre a capacidade de produzir cultura pelos animais, ver PENROSE, Roger. *A Mente Nova do Rei: Computadores, Mentes e as Leis da Física*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

² Ver artigo intitulado “Província de Goytacazes”, assinada por inicial M., publicada em *Monitor Campista*. Campos: 27 de março de 1855.

³ Ver nota com título de “A província de Goitacazes!”, assinada por AE, em *Monitor Campista*. Campos: 14 de abril de 1855.

⁴ Ver nota com título “Campos. Por ordem da Câmara Municipal. Felicitação dirigida à Câmara Municipal da Cidade de Campos pelos habitantes de Itapemirim”. *Monitor Campista*. Campos: 21/08/1855.

⁵ Dentre as inúmeras matérias jornalísticas a respeito, ver “CNFCN condena a pavimentação da estrada de acesso ao Imbé”. *A Notícia*. Campos: 72/09/1984; “DER e PMC definem mutirão para construir estrada para o Imbé”. *Folha da Manhã*. Campos: 01/07/1985; “Hotel Fazenda no Imbé continua sendo polêmica”. *Folha da Manhã*. Campos: 22/07/1989; “Caminhada ao Imbé reuniu duzentas pessoas no domingo”. *Folha da*

Manhã. Campos: 16/03/1993; “III Caminhada Ecológica vai visitar a reserva do Imbé”.
Folha da Manhã. Campos: 02/10/1993; “Setor hoteleiro aposta no potencial da cachoeira Tombo d’Água, no Imbé.” Folha da Manhã. Campos: 11/11/1995.

Referências

• *Hemerografia*

ACORDO de cavalheiros pode ser a solução do desmatamento no Imbé. Folha da Manhã, Campos, 18 nov. 1983.

CAMINHADA ao Imbé reuniu duzentas pessoas no domingo. Folha da Manhã, Campos, 16 mar. 1993.

CAMPOS divulga nomes dos desmatadores do Imbé. O Globo, Rio de Janeiro, 13 dez. 1980.

CAMPOS foi campeão de desmatamentos em 1991. Folha da Manhã, Campos, 29 out. 1992.

CAMPOS. Por ordem da Câmara Municipal. Felicitação dirigida à Câmara Municipal da Cidade de Campos pelos habitantes de Itapemirim. Monitor Campista, Campos, 21 ago. 1855.

CAMPOS-MADALENA. Editoriais. Folha do Commercio, Campos: Associação Comercial e Industrial de Campos, 24 fev., 10 e 18 mar. 1931.

CENTRO Norte divulga listão dos desmatadores. Folha da Manhã, Campos, 1 nov. 1990.

CNFCN condena a pavimentação da estrada de acesso ao Imbé. A Notícia, Campos, 12 set. 1984.

CONVÊNIO permitirá que Parque do Desengano seja preservado. Folha da Manhã, Campos, 18 abr. 1991.

DENÚNCIA de desmatamento mobiliza conservacionistas. Folha da Manhã, Campos, 02 mai. 1978.

DER e PMC definem mutirão para construir estrada para o Imbé. Folha da Manhã, Campos, 01 jul. 1985.

DESMATADORES do Imbé estão na 'lista negra'. A Cidade, Campos, 24 nov. 1988.

ECOLOGISTAS divulgam lista com nomes de responsáveis pelos desmatamentos. A Cidade, Campos, 11 nov. 1990.

ESTADO vai reflorestar área degradada do Norte/Noroeste. Monitor Campista, Campos, 04 fev. 1993.

ESTÃO acabando com nossos peixes e matas. O Fluminense, Niterói, 03 mai. 1978.

UMA ESTRADA, finalmente, para o Imbé. Folha do Comercio, Campos dos Goitacases, Associação Comercial e Industrial de Campos, 11 abr. 1934.

FAZENDEIROS não crêem que perderão suas terras. Monitor Campista, Campos, 20 nov. 1979a.

FAZENDEIROS perderão suas terras na Região do Imbé. Monitor Campista, Campos, 29 nov. 1979b.

FAZENDEIROS do Imbé fazem apelo ao Governo. Monitor Campista, Campos, 04 dez. 1979c.

FAZENDEIROS vão ao Governador contra a demarcação no Imbé. Folha da Manhã, Campos, 05 dez. 1979d.

FOLHA do Comercio, Campos: Associação Comercial de Campos, 27 jan. 1931.

FOLHA do Comercio, Campos: Associação Comercial e Industrial de Campos, 19 mai. 1974.

HOTEL Fazenda no Imbé continua sendo polêmica. Folha da Manhã, Campos, 22 jul. 1989.

IBDF multa algumas cerâmicas por uso clandestino de lenha. Folha da Manhã, Campos, 13 jun. 1985.

LEAL, Leovigildo. Folha do Commercio. Campos: Associação Commercial de Campos, 4 fev. 1931.

LINDAS frutas da Vargem do Mundo. Folha do Commercio, Campos: Associação Comercial e Industrial de Campos, 16 set. 1931.

MONITOR Campista, Campos, 10 fev. 1894.

PEIXOTO, Isimbardo. Carta escrita em Niterói e datada de 21/01/1964. Monitor Campista, Campos dos Goitacases, 23 jan. 1964.

PROVÍNCIA de Goytacazes, assinada por inicial M. Monitor Campista, Campos, 27 mar. 1855.

A PROVÍNCIA de Goitacazes!, assinada por AE. Monitor Campista, Campos, 14 abr. 1855.

SETOR hoteleiro aposta no potencial da cachoeira Tombo d'Água, no Imbé. Folha da Manhã, Campos, 11 nov. 1995.

SOFFIATI defende APA mas assegura que é paliativo. Folha da Manhã, Campos, 15 dez. 1983.

III Caminhada Ecológica vai visitar a reserva do Imbé. Folha da Manhã, Campos, 02 out. 1993.

• *Iconográficas*

ATLAS dos remanescentes florestais da mata atlântica: Rio de Janeiro, período 1995-2000. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001.

ESTADO do Rio de Janeiro: remanescentes de mata atlântica e ecossistemas associados. 1ª ed. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1992.

FIBGE. Carta do Brasil – Esc. 1:50.000, folhas Barra Seca, Itabapoana, Presidente Kennedy e Itapemirim. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968.

IBGE/IBDF. Mapa de Vegetação do Brasil – Escala 1:5000000. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. Carta geológica do Brasil – Escala 1:100.000: Folhas Campos, Cabo de São Tomé, Lagoa Feia, Xexé. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional de Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954.

LEÃO, Manoel Vieira. Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1767.

NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987.

PROJETO RADAMBRASIL. Folhas SF. 23/24 Rio de Janeiro/Vitória: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra (mapa geomorfológico). Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983.

PROJETO RADAMBRASIL. Folhas SF. 23/24. Rio de Janeiro/Vitória: geologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra (mapa de vegetação). Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983.

RESERVA da biosfera da mata atlântica – 1994. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Florestas, 1994.

• *Bibliográficas*

ARGENTO Mauro Sergio Fernandes. A planície deltaica do Paraíba do Sul: um sistema ambiental. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARGENTO Mauro Sergio Fernandes. Formação da planície deltaica do Paraíba do Sul. Rio Claro, 1987. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BIDEGAIN, Paulo. Parque Estadual do Desengano: diagnóstico – problemas – soluções. Rio de Janeiro: Defensores da Terra, 1993.

BROWN JR., Keith S.; BROWN, G.G. Tropical biodiversity, evolutionary erosion and species loss. In: WHITMORE, T. C. ; SAYER, J. A. Tropical Deforestation and Species Extinction. London: New York: Tokyo: Melbourne: Madras: Chapman & Hall, 1992.

BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CARAUTA, Jorge Pedro Pereira; ROCHA, Elizabeth de Souza Ferreira da. Observação da flora no trecho fluminense da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. In: Albertoia, n° 11. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 1988.

CARAUTA, Jorge Pedro Pereira. Relatório da excursão ao Parque Estadual do Desengano, Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 1977. 8 p.

CARVALHO, Augusto de. Apontamentos para a história da Capitania de S. Tomé. Campos: Tip. e Lit. de Silva, Carneiro e Comp., 1888.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia Brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

COSTA, Angyone. Introdução à arqueologia brasileira (etnografia e história). 3a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

COUTO REIS, Manoel Martins do. Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Ilmo. e Exmo. Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou. Rio de Janeiro, 1785 (ms. original).

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DIAS, Gilberto T.M. O complexo deltaico do rio Paraíba do Sul. In: SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL (CTCQ/SBG), 4., Rio de Janeiro, 1981. Publ. Esp. n.2, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1997.

GÓES, Hildebrando de Araujo. Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, 1934.

GOLFARI, L.; MOOSMEYER, H. Manual de reflorestamento do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: BD Rio, s/d.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LAMEGO. Geologia das quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1955.

LAMEGO. O homem e a restinga. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1946.

LAMEGO. O homem e a serra. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1950.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. Geologia das quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. Boletim, n. 154, Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1955.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e o brejo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1945.

LAMEGO FILHO, Alberto. Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro. [Sl : Sn], 1930.

LAMEGO FILHO, Alberto. A planície do solar e da senzala. Rio de Janeiro: Católica, 1934.

LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. [Sl]: Biblioteca do Exército, 1961.

MACHADO, Geraldo José. Santa Maria Madalena ontem e hoje. Rio de Janeiro: Cátedra, 1996.

MACIEL, Norma Crud e SOFFIATI NETTO, A. A. Novos limites para a distribuição geográfica de *Avicennia germinans* (L.) Stern - Avicenniaceae e *Montrichardia arborecens* (L.) Schott - Araceae, no Rio de Janeiro, Brasil. In: Anais de Ecossistemas Brasileiros, 4., 1998, Águas de Lindóia, SP. São Paulo: Aciesp, 1998. v.4.

MALDONADO, Miguel Aires e PINTO, José de Castilho. Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.17, 1894.

MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José Maria Landim; FLEXOR, Jean-Marie. Geologia do quaternário costeiro do litoral do Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

MARTINELLI, Gustavo. Campos de altitude. Rio de Janeiro: Index, 1996.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. Campos dos Goytacazes em 1881. Rio de Janeiro: Laemmert, 1886.

MENDES, Renato da Silveira. Paisagens culturais da Baixada Fluminense. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.

MENEZES, Camilo de. Descrição hidrográfica da Baixada dos Goitacases. Campos: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, abril de 1940.

MORIN, Edgar. O enigma do homem. Rio de Janeiro, 1975.

MORIN, Edgar. O método. São Paulo: Mira-Sintra: Europa-América, s/d. v.1: A natureza da natureza.

MORIN, Edgar. O método. São Paulo: Mira-Sintra: Europa-América, s/d. v.2: A vida da vida.

MORIN, Edgar. O método. São Paulo: Mira-Sintra: Europa-América, s/d. v.3: O conhecimento do conhecimento.

MORIN, Edgar. O método. São Paulo: Mira-Sintra: Europa-América, s/d. v.4: As idéias: a sua natureza, vida, hábitat e organização.

OLIVEIRA, Ronaldo Fernandes de. Situação florestal da Região de Santa Maria Madalena. Rio de Janeiro: FEEMA/DIVIPE/DECAM, 1978, 12 p.

OLIVEIRA, Ronaldo Fernandes de; ARAUJO, Dorothy Sue Dunn de; VIANNA, Maria Célia; CARAUTA, José Pedro Pereira. Levantamento florístico da Região de Santa Maria Madalena: relatório final. Rio de Janeiro: FEEMA/DIVIPE/DECAM, 1978. 15 p.

PALMA, André Martins da. Representação sobre os meios de promover a povoação e desenvolvimento dos campos dos Goitacases em 1657. Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro: Laemmert, v.47, p. 1, 1884.

PARQUE Estadual do Desengano. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Florestas, s/d.

PENROSE, Roger. A mente nova do rei: computadores, mentes e as leis da física. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

ROSSET, Clément. A anti-natureza: elementos para uma filosofia trágica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SACHS, Ignacy. Ambientes e estilos de desenvolvimento. In: _____. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Theodoro. Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no Século XVI. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, p.2, 1915.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro. Revista do Instituto e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 3ª série, n. 14, 2º trimestre 1854.

SILVA, João José Carneiro da. Notícia descritiva do município de Macaé. Rio de Janeiro: Perseverança, 1930.

SILVA, José Carneiro da. Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goitacases com uma notícia breve de suas produções e comércio. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1907. 1ª ed. 1819.

SILVEIRA, Pero de Góis da. Carta a D. João III, cidade do Salvador da Baía, 29 de abril de 1551 Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 3.ed., v.5, 1885.

SOFFIATI, Arthur. Tipos de ecossistema: uma proposta para discussão. Espaço Cultural, Campos: Faculdade de Medicina de Campos, n. 2., jul./dez. 1997.

SOFFIATI NETTO, A. A. O nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião norte-noroeste fluminense entre os séculos XVII e XX. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TINOCO, Godofredo Nascentes. O problema do reflorestamento: sugestões para o reflorestamento. Campos: Escola de Aprendizes Artífices, 1940.

TORREZÃO, Alberto de Noronha. Vocabulário puri. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Laemmert, v.52, p.1, 1889.

VASCONCELOS, Simão de. Vida do venerável Padre José de Anchieta. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

Anexo

Relação de espécies arbóreas dos ecossistemas nativos do norte-noroeste fluminense que podem ser utilizadas em restauração de florestas

Esta relação foi feita com base nos trabalhos dos botânicos campistas José de Saldanha da Gama, lente da cadeira de Botânica da Escola Politécnica, que foi incluída

no mais conhecido livro de Teixeira de Mello, e Alberto José de Sampaio, além de outras contribuições. Na medida do possível, tenta-se atualizar a nomenclatura científica, tomando por base a obra *Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil*. (Nova Odessa: Plantarum, 1992), de Harri Lorenzi. Saldanha da Gama cita apenas os substantivos indicadores do gênero da planta, a maioria deles já substituídos, o que dificulta a identificação específica. Toda vez que houver discordância entre ambos os autores, menciona-se a nomenclatura fornecida por José de Saldanha da Gama depois das iniciais do seu nome, procedendo de igual modo com Harri Lorenzi. Aduz-se ainda a família a que pertence a espécie, afora aqueles casos em que a indicação de Saldanha da Gama se mostra insuficiente. Emprega-se também o substantivo *Fabaceae* que substituiu *Leguminosae*.

- 1- Angelim amargoso (*Andira anthelmia*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
 - 2- Angelim pedra (pelas características, talvez seja sinonímia da espécie anterior)
- Angelim rosa (*Platycyamus regnellii*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 3- Arapoca-amarela ou guarataia-poca (J.S.G.: *Galipea*; H.L.: *Esenbeckia leiocarpa*, fam. Rutaceae)
 - 4- Arco-de-pipa (J.S.G.: *Erythroxylum*; H.L.: *Cupania vernalis*, fam. Sapindaceae)
 - 5- Aroeira (J.S.G.: *Astronium*; H.L.: *Schinus terebinthifolius*, fam. Anacardaceae)
 - 6- Bacumixá (J.S.G.: *Syderoxylon*; H.L.: talvez *Chrysophyllum gonocarpum*, fam. Sapotaceae)
 - 7- Bainha-de-espada (J.S.G.: antiga *Acantinophyllum*; H.L.: não encontrada)
 - 8- Bicuiba (J.S.G.: *Myristica*; H.L.: *Virola oleifera*, fam. Myristicaceae)
 - 9- Canafistula (talvez *Cassia ferruginea*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
 - 10- Canela-batalha (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: *Cryptocarya aschersoniana*, fam. Lauraceae)
 - 11- Canela-caixeta (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: não encontrada)
 - 12- Canela-do-brejo (*Nectandra lanceolata*, fam. Lauraceae)
 - 13- Canela-limão (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: não encontrada)
 - 14- Canela-parda ou braúna (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: *Schinopsis brasiliensis*, fam. Anacardaceae, ou *Melanoxylon brauna*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
 - 15- Canela-preta (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: talvez *Ocotea catharinensis* ou *Ocotea pulchella*, fam. Lauraceae)
 - 16- Canela-puante ou de mau cheiro (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: *Ocotea corymbosa*, fam. Lauraceae)
 - 17- Canela-sassafrás (J.S.G.: *Nectandra*; H.L.: *Ocotea odorifera*, sin. *Ocotea pretiosa*, fam. Lauraceae)
 - 18- Canela-tapinhoã (J.S.G.: *Lauraceae*; H.L.: não encontrada)
 - 19- Canjerana (*Cabralea canjerana*, fam. Meliaceae)

- 20- Carne-de-vaca (J.S.G.: *Rhopala*; H.L.: *Roupala brasiliensis*, fam. Proteaceae)
- 21- Cedro (*Cedrela fissilis*, fam. Meliaceae)
- 22- Chibatã, ubatã ou aderne (*Astronium fraxinifolium*, fam. Anacardiaceae)
- 23- Copaíba vermelha (*Copaifera langsdorffii*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 24- Eriribá ou ariribá-roxo (*Centrolobium tomentosum*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 25- Gameleira ou cerejeira (J.S.G.: *Urostigma*; H.L.: *Eugenia involucrata*, fam. Myrtaceae, ou *Amburana cearensis*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 26- Garaúna parda ou ruiva (*Melanoxylon brauna*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 27- Grumamé ou Santa Luzia (J.S.G.: *Ophtalmoblapton*; H.L.: não encontrada)
- 28- Grumarim (J.S.G.: *Evodia*; não encontrada em H.L.)
- 29- Guapeba (talvez sinonímia da espécie anterior)
- 30- Guaracica (J.S.G.: *Lucuma*; H.L.: não encontrada)
- 31- Guaraitá (J.S.G.: *Chrysophyllum*, H.L.: talvez sinonímia da espécie anterior)
- 32- Guarajuba (J.S.G.: *Terminalia*; H.L.: não encontrada)
- 33- Guaranhém ou buranhém (J.S.G.: *Chrysophyllum*; H.L.: talvez sinonímia da espécie anterior)
- 34- Gurubu ou gonçalo-alves (*Astronium graveolens*, fam. Anacardiaceae)
- 35- Ipê-branco ou cinco-folhas (J.S.G.: *Tecoma*; H.L.: *Sparatosperma leucanthum*, *Tabebuia alba* ou *Tabebuia dura*, fam. Bignoniaceae)
- 36- Ipê-preto (J.S.G.: *Tecoma*; H.L.: talvez *Tabebuia heptaphylla* ou *Tabebuia vellosi*, pois ambas ocorrem em território fluminense; fam. Bignoniaceae)
- 37- Ipê-preto ou roxo (J.S.G.: *Tecoma*; H.L.: pode ser *Tabebuia avellanae* e *Tabebuia impetiginosa*, todavia é mais certo *Tabebuia heptaphylla*, fam. Bignoniaceae)
- 38- Ipê-tabaco (J.S.G.: *Tecoma*; H.L.: pode ser *Tabebuia alba*, *Tabebuia chrysotricha* e *Tabebuia vellosi*, fam. Bignoniaceae)
- 39- Jacarandá-branco (*Machaerium paraguariense*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 40- Jacarandá-cipó (J.S.G.: *Machaerium*, H.L.: não encontrada)
- 41- Jacarandá-preto ou cabiúna (*Dalbergia nigra*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 42- Jacarandá-roxo (*Machaerium stipitatum*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 43- Jacarandá-tã (*Machaerium acutifolium*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 44- Jaqué (J.S.G.: *Lucuma*; H.L.: pode ser *Pouteria torta*, fam. Sapotaceae)
- 45- Jatobá (*Hymenaea courbaril*, var. *Stilbocarpa*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 46- Jequitibá-branco (J.S.G.: *Couratari*; H.L.: *Cariniana estrellensis*, fam. Lecythidaceae)

- 47- Jequitibá-rosa ou caixão (J.S.G.: *Couratari*; H.L.: provavelmente *Cariniana legalis*, fam. Lecythidaceae)
- 48- Jetaí (*Hymenaea stigonocarpa*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 49- Maçaranduba (J.S.G.: *Mymusops*; H.L.: *Persea pyrifolia*, fam. Lauraceae)
- 50- Merendiba (*Terminalia brasiliensis*, fam. Combretaceae)
- 51- Monjolo-vermelho (*Piptadenia gonoacantha*, fam. Fabaceae-Mimosoideae)
- 52- Muçutuaíba ou ipê-bóia (J.S.G.: *Zollernia*; H.L.: talvez *Zeyheria tuberculosa*, fam. Bignoniaceae)
- 53- Murici (*Byrsonima basiloba*, fam. Malpighiaceae)
- 54- Oiticica (J.S.G.: antiga *Soaresia*; H.L.: *Couepia grandiflora*, fam. Chrysobalanaceae)
- 55- Óleo pardo, cabureira ou óleo de macaco (*Myrocarpus frondosus*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 56- Óleo vermelho ou bálsamo (J.S.G.: *Myrospermum*; H.L.: *Myroxylon peruiferum*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 57- Pau-brasil (*Caesalpinia echinata*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 58- pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*, acrescentando H.L. que ela apresenta as variedades *ferrea* e *leiostachya*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 59- Pequiá amarelo (pode ser *Aspidosperma parvifolium* ou *A. polyneuron*, fam. Apocynaceae)
- 60- Peroba (J.S.G.: *Aspidosperma*; H.L.: *Paratecoma peroba*; fam. Bignoniaceae)
- 61- Sapucaia (*Lecythis pisonis*, fam. Lecyhtidaceae)
- 62- Sapucaia-mirim (H.L.: talvez *Lecythis lurida*, fam. Lecyhtidaceae)
- 63- Sebastião-de-arruda (J.S.G.: *Physocalymma*; H.L.: não encontrada)
- 64- Sobrasil (J.S.G.: *Erythroxylum*; H.L.: *Colubrina glandulosa*, fam. Rhamnaceae, ou *Peltophorum dubium*, fam. Fabaceae-Caesalpinoideae)
- 65- Sucupira amarela ou falsa sucupira (J.S.G.: *Ferreiria*; H.L.: *Sweetia fruticosa*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 66- Sucupira aquosa (J.S.G.: *Bowdichia-minor*; H.L.: não encontrada)
- 67- Sucupira ou sepipira (*Bowdichia virgilioides*, fam. Fabaceae-Papilionoideae)
- 68- Tapinhoã (J.S.G.: *Sylvia*; H.L.: *Vitex montevidensis* ou *Vitex polygama*, fam. Verbenaceae)
- 69- Tatajuba, tatajiba ou pau-amarelo (*Maclura tinctoria*, fam. Moraceae)
- 70- Tinguaciba (*Zanthoxylum rhoifolium*, fam. Rutaceae)
- 71- Urucurana (*Hyeronima alchorneoides*, fam. Euphorbiaceae)
- 72- Vinhático flor de algodão (*Enterolobium contorsiliquum*, fam. Fabaceae-Mimosoideae)
- 73- Vinhático testa de boi (*Plathymentia reticulata*, fam. Fabaceae-Mimosoideae)